

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

NATÁLIA PEREIRA DE OLIVEIRA

DA RESISTÊNCIA SOBRE OS TRILHOS À LUTA PELA URBANIZAÇÃO:  
O “NOVO HORIZONTE” DO VARJÃO, JUNDIAÍ – SP

VIÇOSA – MG  
2014

NATÁLIA PEREIRA DE OLIVEIRA

DA RESISTÊNCIA SOBRE OS TRILHOS À LUTA PELA URBANIZAÇÃO:  
O “NOVO HORIZONTE” DO VARJÃO, JUNDIAÍ – SP

Monografia apresentada ao curso de Geografia  
como exigência da disciplina GEO 481 para  
obtenção do título de Bacharel em Geografia  
pela Universidade Federal de Viçosa.

Orientadora: Maria Isabel de Jesus Chrysostomo – DGE

VIÇOSA - MG  
2014

NATÁLIA PEREIRA DE OLIVEIRA

DA RESISTÊNCIA SOBRE OS TRILHOS À LUTA PELA URBANIZAÇÃO:  
O “NOVO HORIZONTE” DO VARJÃO, JUNDIAÍ - SP

Monografia apresentada ao curso de Geografia  
como exigência da disciplina GEO 481 para  
obtenção do título de Bacharel em Geografia  
pela Universidade Federal de Viçosa.

Data de aprovação 07 de julho de 2014.

Banca Examinadora:

---

Professora Dra. Maria Isabel de Jesus Chrysostomo  
Orientadora  
Departamento de Geografia – UFV

---

Professor Dr. Wagner Barbosa Batella  
Departamento de Geografia – UFV

---

Professora Dra. Luciana Beatriz Bastos Avila  
Departamento de Letras – UFV

---

Professora Ananda Deva Assis Trivelato  
Departamento de Dança – UFV

*Dedico esta pesquisa, vivência de campo  
e a busca pelo conhecimento atrelado aos valores humanos,  
aos meus queridos pais.  
Mãe, pela trajetória de incansáveis perdas,  
as quais exigiram-lhe intensas lutas.  
Lutas que despertaram e lapidaram uma latente sabedoria.  
Sempre, sempre de forma carinhosa e amorosa, tranquilizando-me  
em meio as angústias mais profundas  
e as dificuldades com a temporalidade acadêmica.  
Pai, pelo constante e ininterrupto apoio, incentivo e,  
sobretudo, por acreditar em minhas escolhas,  
as quais, são permeadas de suas influências,  
o olhar crítico e a esperança utópica de um mundo melhor.*

## **Agradecimentos**

Agradeço a Deus ao dom da vida e ao constante clarear dos caminhos percorridos.

Aos amados pais, Vilma e Irineu pelo apoio incondicional. Os maiores responsáveis e incentivadores de minha conduta.

Aos queridos irmão, Bia, Tá e Pedro, por acreditarem na realização deste trabalho oferecendo apoio.

Aos familiares e padrinhos, pelo apoio incansável e momentos de partilha adoráveis.

Às amigas Tetê, Aline, Sharon, Aila, Olivia, família Rovigate pelo carinho e compreensão de minhas ausências.

Ao Zé Elias, Neliba e Soninha, pela apresentação, recepção e primeiro emprego em Viçosa, fundamentais para a chegada e permanência na universidade.

Às meninas do 311, pela acolhida em momentos difíceis.

À família 210, Mi, Rê, Cinthinha, Ton, Camila, Grazi, Bia, Má, Thá, Jana e Lelé pela cumplicidade, partilha, tolerância e todo afeto que construímos e estamos dando continuidade.

À turma da Geo 2006 e também os veteranos e calouros, pelos momentos compartilhados e crescimento acadêmico.

Às parceiras de todos os momentos, da sala de aula, trabalhos de campos, viagens a congressos, bares... Medi, Bia, Taty, Greissinha e família. Em especial, Jaque, um anjinho em minha vida, parceira inseparável, a quem devo por me representar no processo de dilação de prazo, sem o qual não poderia apresentar este trabalho. E Alê, pela presença e apoio em todos os momentos, incluindo o da realização da redação deste trabalho.

À Teteca e seus familiares por me considerar membro da família, por me acolher em Cachoeirinha enquanto batalhava no Censo 2010, do IBGE.

Ao Gengibre – Grupo Interdisciplinar de Pesquisa, Ensino, Arte e Extensão sobre Cultura Popular, Carla, Ananda, Felipe, Gabi, Ellen, Jaque, Aline... pelo marco em minha trajetória acadêmica e de vida. Pelas experiências e novo olhar às manifestações culturais e seus sujeitos.

Às comunidades e grupos de Congado de Paula Cândido, Ponte Nova, São José do Triunfo e Cachoeirinha.

Ao CTA e famílias de agricultores, pelas vivências e despertar às formas alternativas de viver no campo. Ao projeto Curupira e toda a equipe, pelas práticas em arte-educação ambiental e agroecologia e aventuras nas estradas da Zona da Mata mineira.

Aos professores Anselmo e Isabel e colegas de turma das disciplinas da pós em Geografia Humana, na USP, pelas ricas contribuições.

Ao Departamento de Geografia, funcionários Fábio e Gilmar, a todos os docentes, cada um a sua maneira marcou fundamentalmente minha formação.

À querida professora e orientadora Isabel, que despertou o olhar às práticas espaciais ocultadas pela História oficial, a observar e dar importância àqueles que de fato constroem os lugares.

À disponibilização da banca, Luciana Beatriz Bastos Avila, Wagner Barbosa Batella e Ananda Deva Assis Trivelato.

Ao Cemeja, aos profissionais Cassiano, Felipe e Mauro pela atenção e contribuição à educação de jovens e adultos.

À FUMAS, aos profissionais Antonio e Juliana pela contribuição e informações solicitadas quanto à urbanização no Varjão.

Por fim, sem palavras que possam expressar a imensa gratidão, a todos os sujeitos que habitam e atuam no Varjão, e aos que preferem, Jardim Novo Horizonte. Aos mais próximos, aos que se disponibilizaram para as entrevistas, aos que partilharam almoço, aos que festejam na comunidade, aos que lutam e acreditam num lugar melhor de se viver.

### ***De Varjão a Novo Horizonte***

*Era uma vez uma Vila, pequena e empoeirada  
Perdida no meio do mato, na Vila não havia mais nada  
Um barraco foi construído, em cima da ferrovia  
Em frente a uma estrada de terra, onde a poeira subia  
Retirantes foram se chegando, ansiosos por trabalhar  
E os barracos foram aumentando, pois não tinham onde morar  
Criavam porcos e galinhas, a pé pisavam o barro  
Pois ônibus ali não vinha, e a carroça servia de carro  
As famílias iam crescendo, e novos barracos surgindo  
Um bairro estava nascendo, e o mato diminuindo  
Ficaram abandonados, durante um enorme tempão  
Por ser um terreno alagado, deram-lhe o nome de Varjão  
Vieram muita gente boa, também gente à-toa chegou  
Causando ao povo do Varjão, discriminação e dor  
O varjonense era humilhado, desprezado e sem apreço  
Se a gente quisesse trabalho, tinha que dar outro endereço  
Mas nosso povo era forte, valente e trabalhador  
Foram construindo o Varjão, com paciência e amor  
A água tiravam do poço, a luz era um lampião  
Surgiram mulheres e moços, montaram uma associação  
Batalharam e conseguiram, energia e água encanada  
Mas o asfalto que tanto pediram, lutaram e não deu em nada  
Trouxeram uma linha de ônibus, pro povo ir prá cidade  
Foi uma grande conquista, a nossa felicidade  
Depois veio a primeira escola, a porta pra educação  
A Cléo Nogueira Barbosa, a mais bela flor do Varjão  
Mas o povo foi se acomodando, e os governantes idem  
O Varjão seguia aumentando e as necessidades também  
Pois o bairro que era só um, cresceu e não foi de uma vez  
Passou a se dividir, em Varjão um, dois e três  
Até que alguém teve a idéia, “o nosso azar tá no nome”  
Vamos dizer que o Varjão, se chama Novo Horizonte  
Novas forças foram se chegando, para nos trazer um renovo  
A Cáritas Diocesana, e a Casa da Fonte (do povo)  
O bairro seguia crescendo, pra nós isso não era mal  
Com a Fazenda Grande e C.D.H.U., Almerinda e Residencial  
Mas nosso povo coitado, seguia comendo pó  
Sentindo-se abandonado, sem sorte, sem líder e só  
Surgiram novas lideranças, lutando tal qual os de antes  
Montaram nova associação, União do Novo Horizonte  
Por ser um grupo combativo, com protestos bem organizados  
Conseguiram seu objetivo, o asfalto tão desejado  
Hoje temos quatro escolas, duas estaduais, duas EMEBs  
Um centro pra jogar bola, um posto de saúde e uma creche  
Hoje os bairros ao nosso lado nos fazem um só povo-irmão  
Quem antes era desprezado, da cidade hoje é sensação  
Pois tem distrito industrial, e todos querem morar aqui  
Região do Novo Horizonte, orgulho de Jundiá.*

***Eliezer Barbosa***  
***Professor, líder comunitário***

## RESUMO

Esta pesquisa aborda o tecido excludente do processo de urbanização, onde, a compreensão da produção do espaço urbano está em sintonia com a lógica capitalista, que se particulariza no Brasil em função das heranças coloniais de dominação patrimonialista e clientelista. Esta lógica é marcada pela reação da porção de indivíduos que são ignorados nesta tessitura urbana, segregados comumente nas periferias das cidades. O presente estudo de caso se debruça na análise do bairro Jardim Novo Horizonte, antigo Varjão, localizado na periferia do município de Jundiaí, interior do estado de São Paulo. O histórico de ação popular se faz presente no Varjão desde sua formação até os dias atuais em torno da luta por melhorias locais. A diversidade de origens dos moradores, as dificuldades individuais e coletivas ao invés de distanciá-los, mostra uma organização solidária e de luta para serem vistos e ouvidos. Partindo dessa perspectiva, os objetivos da pesquisa são compreender as transformações socioespaciais advindas dos movimentos sociais, bem como as redes de solidariedade estabelecidas no bairro. Objetivamos também fazer uma análise crítica em torno dos impactos, limites e desafios do projeto de urbanização, envolvendo diretamente a reprodução social dos grupos sociais ali presentes. cremos que a complexidade das práticas socioespaciais da origem do bairro, da configuração atual, até o projeto de urbanização, revelam o processo de produção do espaço segregado em meio a dialética de produto e condição da reprodução do capital.

**Palavras-chave:** urbanização, segregação, mobilização social, direito à cidade, reprodução do capital.



## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1. Localização do Varjão em Jundiaí e municípios limítrofes

Figura 2. Área aproximada de Jundiaí em 1865

Figura 3. Localização de Jundiaí

Figura 4. Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas do estado de São Paulo

Figura 5. Principais vias de acesso em Jundiaí e Região

Figura 6. Localização da Fazenda Ermida e do bairro Varjão

Figura 7. Fazenda Ermida

Figuras 8.a, b, c e d. Agricultores japoneses, na região do atual Varjão

Figura 9. Evolução da ocupação: Varjão I, Varjão II e Varjão III.

Figura 10. Evolução histórica da urbanização de Jundiaí

Figura 11. Localização de áreas urbanizadas e das indústrias próximas ao bairro Varjão

Figura 12. Companhia Saneamento de Jundiaí

Figura 13. Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), Oeste de Jundiaí – SP

## **SIGLAS**

**Cmeja** – Centro Municipal de Educação de Jovens e Adultos (Prof. Dr. Andre Franco Montoro, em Jundiaí)

**CSJ** – Companhia Saneamento de Jundiaí

**EJA** – Educação de Jovens e Adultos

**EMEB** – Escola Municipal de Ensino Básico

**EMPLASA** – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA

**FAACG** – Fundação Antonio Antonieta Cintra Gordinho

**FEPASA** – Ferrovia Paulista S.A.

**FUMAS** – Fundação Municipal de Ação Social

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PMJ** – Prefeitura Municipal de Jundiaí

**PLANIDIL** – Plano de Incentivo e Desenvolvimento Industrial (Jundiaí)

**PPP(s)** – Parceria(s) Público-Privada

**PSF** – Programa Saúde da Família

**RFIS** – Regularização Fundiária de Interesse Social

**UBS** – Unidade Básica de Saúde

**ZEIS** – Zona Especial de Interesse Social

## SUMÁRIO

<b>1- INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>2- TRILHOS DA PESQUISA – ponto de partida e considerações metodológicas</b> .....	5
<b>3- URBANIZAÇÃO – o processo e seus agentes</b> .....	10
3.1. Capitalismo e Urbanização.....	10
3.2. Industrialização e Urbanização.....	13
3.3. <i>Jundiahy</i> : gênese e formação do tecido urbano.....	16
<b>4- PERIFERIA – condição da produção e reprodução da cidade capitalista</b> .....	23
4.1. Da roça à periferia: territorialização e resistência na formação do Varjão .....	24
4.2. Urbanização dos espaços do ‘capital’ e segregação da classe operária: a consolidação periférica.....	33
<b>5-A LUTA POR UM ‘NOVO HORIZONTE’ – organização da população tecendo redes</b> .....	<b>37</b>
5.1. Criação de entidades e ações coletivas: espaços de empoderamento e a luta pela posse da terra .....	37
5.2. Políticas públicas e participação popular.....	42
5.3. Os projetos urbanos e a “Urbanização Jardim Novo Horizonte”: novo horizonte a quem? .....	45
<b>6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	52
<b>7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	54
<b>8- ANEXOS</b> .....	58

## 1- INTRODUÇÃO

Na realidade urbana atual vem eclodindo frequentemente diversas manifestações populares, as quais revelam o campo de disputas que configura a cidade. A exemplo nacional, em julho de 2013 vivenciamos a ocupação das ruas clamando por mudanças, desde reformas políticas ao direito ao cotidiano da cidade (VAINER, Carlos; *et al*, 2013). Estes movimentos se organizam em busca do acesso ao urbano, o qual se desenvolve de forma concentradora e desigual em sua gênese.

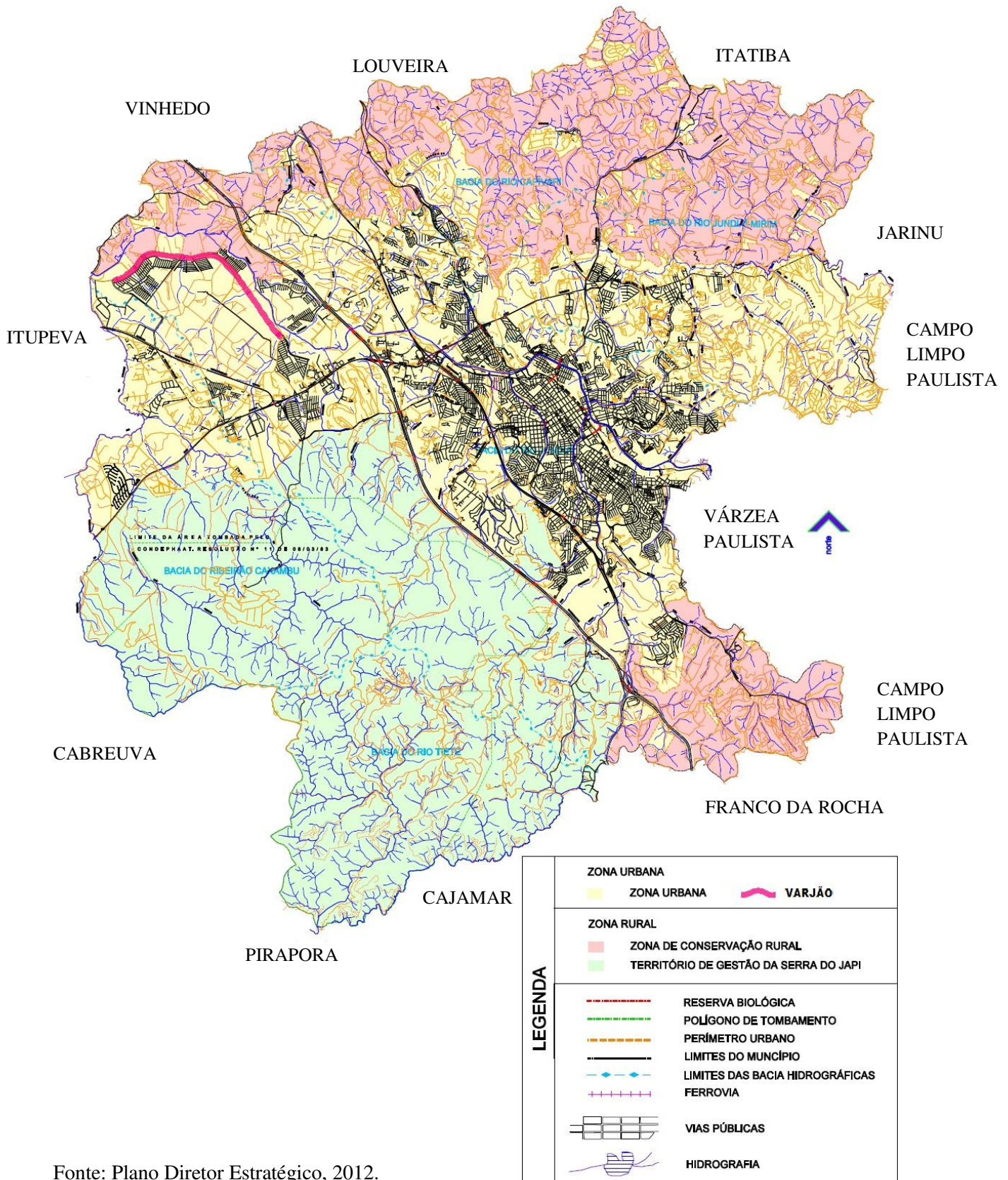
O tema abordado nesta pesquisa perpassa por este tecido excludente do processo de urbanização, que por sua vez, segue a lógica capitalista, e no caso brasileiro, somam-se às heranças coloniais de dominação patrimonialista e clientelista (MARICATO, 2013). Por outro lado, presencia-se a reação da porção de indivíduos que são ignorados nesta tessitura urbana, segregados comumente nas periferias das cidades.

A geração de áreas periféricas ocorre nas diversas escalas, desde um contexto mundial, através da complexidade da divisão do trabalho inerente à economia hegemônica globalizada, até a realidade local, onde significativa parcela da população possui acesso extremamente limitado ou inexistente aos equipamentos urbanos e possuem condições socioeconômicas marginalizadas para sua reprodução – a espoliação urbana (KOWARICK, 1979 e 2000).

O processo de urbanização, periferia, manifestações populares, geração de políticas públicas, bem como suas transformações socioespaciais, serão as categorias centrais da pesquisa. Em conjunto, o aprofundamento de conceitos caros à Geografia como espaço e território, ambos dotados de movimento como espacialidade e territorialidade, também serão abordados.

A pesquisa tem como delimitação espacial o bairro Jardim Novo Horizonte, antigo Varjão, localizado na periferia do município de Jundiaí, na porção oeste da cidade, divisa com o município de Itupeva, no interior do estado de São Paulo (FIGURA 1). É necessário explicitar a resistência de parte da população em aceitar o novo nome, pois segundo relatos, a aceitação significaria a renegação da própria história e o apagar das raízes. Por outro lado, alguns moradores tanto incorporaram a nova designação, como depositaram em Jardim Novo Horizonte a superação do preconceito sofrido antes, de forma mais contundente, ao dizerem que eram do Varjão.

**Figura 1. Localização do Varjão em Jundiaí e municípios limítrofes**



Fonte: Plano Diretor Estratégico, 2012.  
Adaptação Natália P. de Oliveira

O histórico de ação popular se faz presente no Varjão desde sua formação, a qual se deu através da ocupação sobre os trilhos do trem, de um ramal da antiga Cia Sorocabana – fato este que além da representação de resistência social, lhe imprimiu uma feição peculiar, de largura estreita e com extenso comprimento, que margeia por um lado outros três bairros.

Através do levantamento em sites oficiais das principais instituições de ensino superior do estado de São Paulo, percebe-se que a produção científica que tem o espaço jundiaense como objeto de estudo, em sua maioria, aborda as questões rurais e suas complexificações com avanço periurbano, como reflexo do legado da imigração italiana ao município, identificando o papel das vinícolas. Há também pesquisas que aprimoram o conhecimento da dinâmica e caracterização das bacias hidrográficas, assuntos estes, de grande valia. Mas e a questão urbana?

Na composição dos municípios paulistas, Jundiaí possui porte de cidade média, com 370.126 habitantes (IBGE, 2013a), o produto interno bruto – PIB de 2004-2008, ultrapassa 15 bilhões de reais, colocando o município na 23ª posição em todo o país (IBGE, 2013c). Este desempenho econômico está relacionado ao franco crescimento dos setores industriais e de serviços.

Jundiaí é uma das cidades mais ricas do estado, de acordo com os dados apresentados do PIB, aliado a essa realidade, verifica-se um contraste por também apresentar alto nível de desigualdade social e o aumento da pobreza. Esta contradição revela-se inerente ao modelo de desenvolvimento capitalista em sua versão neoliberal, que se materializa no espaço das cidades brasileiras. Urge a superação desta timidez no debate que se refere ao caráter concentrador da riqueza por uma minoria que desfruta a cidade legal, e na outra face, as classes desprestigiadas que se territorializam na cidade ilegal<sup>1</sup>.

Neste sentido ressalta-se a relevância da pesquisa, pois além de seu caráter pioneiro em Jundiaí, se pretende abrir as cortinas, no campo acadêmico, da história de luta e transformação socioespacial através da mobilização de uma comunidade periférica, com todo o peso e criatividade que carrega a palavra periferia. Ainda que partindo de um caso particular, o bairro Varjão, a temática da resistência, da organização, da ação e da participação popular, avançam numa marcha global.

---

<sup>1</sup> LEVY (2013) e MARICATO (1996) discorrem sobre a cidade ilegal como uma forma de reação das classes desprestigiadas pelo sistema colonial-capitalista. Em que ainda prepondera a colonialidade do poder que formula um urbanismo desigual, uma política de cidade não planejada, e de um conseqüente meio ambiente construído excludente.

Nesse contexto, o objetivo geral da pesquisa é compreender as mobilizações sociais do bairro Jardim Novo Horizonte, antigo Varjão, atreladas às questões espaciais. E os objetivos específicos compreendem na análise da ocupação da terra, da resistência, da luta pela posse, da busca por infraestrutura e equipamentos urbanos e da luta pelo/no projeto de urbanização.

Ao longo da história de formação até os dias atuais a busca por melhorias locais é uma constante. A diversidade de origens dos moradores, as dificuldades individuais e coletivas ao invés de distanciá-los, mostra uma organização solidária e de luta dos moradores para serem vistos e ouvidos. Estas foram as primeiras impressões ao entrar em contato com o bairro, e que se mantiveram ao longo da pesquisa, constituindo-se em fonte inesgotável de inspiração. Para o entendimento do despertar da pesquisa e os caminhos metodológicos propostos, seguem no próximo tópico os primeiros contatos com a comunidade do Varjão e seu entorno.

## 2- TRILHOS DA PESQUISA – ponto de partida e considerações metodológicas

O percurso feito para a realização do presente trabalho segue um movimento que vai do empírico ao teórico. Ou seja, o despertar do objeto e sujeitos da pesquisa surgiu ao entrar em contato com os mesmos. Portanto, nossa motivação não se tratou da aplicação de conceitos teóricos previamente consolidados para serem aplicados em um estudo de caso ou mesmo para comprovar tais teorias. Nosso método foi outro.

O método, segundo Santos e Silveira, “implica levar em conta diversas escalas de manifestações da realidade, de modo a encontrar as variáveis explicativas fundamentais.” A escolha da presente pesquisa trata da escala local ao dar maior visibilidade à materialidade empírica que a compõe. Mas, seguindo as ideias de Santos, verificamos que para entender a realidade local, as variáveis explicativas que envolvem tal área encontram-se em uma outra escala de análise. (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p.9)

Para não se perder na vastidão de possibilidades de análises é necessário o esforço de seguir determinados caminhos para a investigação. Procurando tornar tal esforço menos árduo foi construída uma espécie de *metodologia metafórica*. Em alusão à história de formação territorial do Varjão, sobre os trilhos de trem, a pesquisa será como o convite a uma viagem, fazendo a metáfora entre o trajeto ferroviário e o processo de desenvolvimento da pesquisa. Assim, inicialmente, tanto como numa viagem como na investigação deste trabalho houve o *ponto de partida*, onde está descrito o despertar da pesquisa. E em seguida seguem as *estações*, que por definição consiste em uma construção destinada a embarque ou desembarque de passageiros de trem e ao carregamento e descarregamento de carga. Simbolicamente, transpomos esse movimento e relação de entrada e saída em cada estação para as etapas da pesquisa. Onde em cada “parada” estão o meio e as formas da investigação dos temas e questões que serão abordados neste trabalho. Em cada estação permite-se a “entrada” de novos conhecimentos, os quais não são simplesmente acumulados, mas se relacionam, cada elemento e vivências de uma estação estão associados às demais estações. Em paralelo, a procura da “saída” do senso comum, ou mesmo ao desconhecimento dos conceitos e categorias fontes para a compreensão da realidade socioespacial do Varjão. Desejamos, então, uma boa viagem!

O ponto de partida da pesquisa nasce de experiências vividas, um estalar de curiosidade a algo que surgiu em meio ao cotidiano do ambiente profissional. Em 2013 lecionei aulas de geografia para o Ensino Fundamental (de 6º ao 9º ano) na Prefeitura



Municipal de Jundiaí. Logo no início do ano, houve a necessidade de um professor da disciplina de geografia para o Centro Municipal de Educação de Jovens e Adultos - Cmeja Prof. Dr. Andre Franco Montoro, localizado no centro da cidade, no Centro de Educação Complexo Argos Jundiaí, conhecido como simplesmente Argos.

Porém, fui informada de que as aulas não seriam na Argos, e sim no polo do Varjão. Este foi o primeiro fato que já me causou curiosidade, pois ignorava a existência de outro polo a não ser o central. Até então nada de mais, apenas o fato de que as aulas não estariam centralizadas no Cmeja Prof. Dr. Andre Franco Montoro, na Argos.

Iniciei as aulas na EMEB Ivo de Bona, onde estava o “polo do EJA do Varjão”, nunca havia conhecido pessoalmente o bairro, mas a divulgação em meio à população da cidade estava pautada numa clássica representação de bairros periféricos – violentos e perigosos.

Ao chegar à escola, descobri que além do Varjão ser oficialmente Jardim Novo Horizonte, a escola não se localizava de fato neste lugar, mas no bairro vizinho, no Parque Almerinda Pereira Chaves, comumente chamado apenas de Almerinda. A confusão existente sobre a localização da escola, acredito ser compreensível, pois o Varjão e Almerinda são divididos por uma rua.

Na escola, questionei quanto à existência do polo de EJA no bairro. Responderam, tanto alunos quanto os professores que já estavam ali há algum tempo, que foi uma demanda local, que os próprios moradores se organizaram e buscaram na prefeitura. Daí então, de curiosidade à admiração. Não se limitou a uma admiração contemplativa, mas impulsionou outros questionamentos. Ainda não sabia, mas este era o início do trabalho de campo.

Quais foram os agentes, meios, as formas, as ações que os levaram a descentralizar o Cmeja? Lapidando os questionamentos iniciais, que foram muitos<sup>2</sup>, me deparei com um fio que permeava as curiosidades: a busca pela compreensão das mobilizações sociais, as quais refletiam diretamente na transformação socioespacial do lugar.

É interessante fazer uma ressalva neste momento para não cair em contradição, pois no início deste tópico foi falado que a pesquisa se move da empiria à teoria. E o que pode parecer no descrito até o momento é justamente o contrário, onde vai ser aplicado o estudo de teorias de movimentos sociais e seus arranjos socioespaciais.

Porém, reafirmo que os rumos categóricos e conceituais trilhados na pesquisa foram surgindo meio às vivências em campo. Inicialmente com os diálogos junto aos alunos e

---

<sup>2</sup> Estão ilustrados de forma mais detalhada no *Diário de Campo*, em anexo.

profissionais da educação até extrapolar os muros da escola e me deparar com o bairro, as entidades e moradores e líderes locais.

Sendo este trabalho realizado no sentido da formação de um profissional da Geografia, é basilar a análise dos fenômenos, eventos, objetos e ações à luz da compreensão do espaço geográfico. Este, concebido como um híbrido, ou seja, o esforço teórico pautado na inseparabilidade da forma e conteúdo que compõem o espaço.<sup>3</sup> Assim, ao adentrarmos na paisagem do bairro, esta revela, no plano do lugar, as formas da reprodução social da classe ali presente. Ao apreendermos outras escalas e abrangermos da paisagem do bairro para a porção da cidade em que se encontra e mesmo ao município, torna-se evidente a existência de paisagens diferenciadas, com suas respectivas morfologias desiguais.

A imersão ao lugar nos revela os conteúdos da paisagem. Ao nos aproximarmos das normas, costumes, ações na prática cotidiana dos indivíduos que ali animam o espaço, verificamos que este mesmo lugar de conteúdos históricos específicos e paisagens sobrepostas, imprimem características particulares a cada porção do espaço. Como nos adverte Santos, é preciso compreender como as extensões globais se manifestam localmente: “*Para apreender essa nova realidade do lugar, não basta adotar um tratamento localista, já que o mundo se encontra em toda a parte.*” (Santos, 2012, p.314) Também devemos ter o cuidado para não cair no simplismo de apenas aplicar os movimentos hegemônicos de processo dominantes.

Diante desse contexto, os caminhos metodológicos seguidos após o despertar da pesquisa seguem seus trilhos, perpassando algumas estações. Sem perder o rigor, Marconi e Lakatos (2003), com a obra “*Fundamentos de metodologia científica*”, contribuem para algumas questões desta pesquisa, assinalando como é possível fazer classificações e conceituações. Nesse sentido suas contribuições nos auxiliaram na análise do registro da percepção, da vivência, de relatos, ou seja, na demonstração da experiência particular com o lugar – a partir no *nível do cotidiano*<sup>4</sup>. Para tal, nosso ponto de partida foi à observação sistemática e participante, aquela em que o pesquisador não apenas registra os fatos, mas se aproxima do sujeito em busca da apreensão da realidade local de forma mais totalizante. Nosso recurso metodológico, seguindo esta linha, foi a realização de um *Diário de Campo* (em anexo).

---

<sup>3</sup> Concepção de espaço presente nas obras de Milton Santos.

<sup>4</sup> Base metodológica defendida em obras de Lefebvre.

Diante das considerações iniciais que levaram a realização do presente trabalho, prosseguimos de forma sistemática a metodologia da pesquisa, que foi dividida em cinco etapas. Então, seguem cada uma dessas etapas, que foram simbolizadas por *estações*.

1ª Estação: Jundiahy<sup>5</sup> – breve histórico. Esta etapa foi fundamental para que compreendamos as estações seguintes. O levantamento de dados secundários, pesquisa documental na Biblioteca Municipal, sítios eletrônicos oficiais e órgãos públicos em busca de livros, documentos, registros, reportagens que retratam a história do município, bem como a caracterização do bairro em foco, e as ações públicas direcionadas ao mesmo.

2ª Estação: Formação do Varjão. Além de documentos oficiais levantados na estação anterior, houve o levantamento e elaboração de dados primários, onde foram realizadas entrevistas semi-estruturadas (gravadas em áudio e transcritas) com os moradores mais antigos e líderes do bairro indicados pela própria comunidade, como conhecedores das histórias que configuraram o bairro e sujeitos atuantes no que tange às reivindicações e transformações socioespaciais.

3ª Estação: Urbanização desigual. Os trilhos que se passaram nos levaram a uma possibilidade de análise, que resultou nesta estação. Esta estação tem duas saídas, uma leva a um lugar repleto de indústrias e áreas onde se encontram os aparatos urbanos, mas poucos desfrutam. E a outra, onde está a maioria, segregados, o direito à cidade não é efetivo.

Aqui, foi necessária a busca teórica e conceitual em obras científicas a fim superar o senso comum da aparente dualidade, como se esses espaços desiguais fossem independentes, ou, ainda, vistos como um processo evolutivo, onde a periferia ao longo do tempo e investimento alcançaria o “desenvolvimento” e entendê-las como contradição inerente ao modo de produção capitalista.

4ª Estação: Ação Social. Diante da precariedade no bairro do nível básico da reprodução social, desde a inexistência da posse da terra à presença de equipamentos urbanos, há um movimento social atuante em busca da conquista de tais direitos. Também aqui, se fez necessário o aprofundamento do debate de “*movimentos sociais*”, com o cuidado para não cair em generalizações e perder as particularidades locais. Enredou-se então, o diálogo entre conceitos e movimentos globais (através de levantamento bibliográfico) e histórico/ações específicas (através das entrevistas e relatos do Diário de Campo das vivências em encontro com os moradores e participação de reuniões e atividades locais). Nesta estação foi possível

---

<sup>5</sup> Primeira grafia do município.

analisar o processo da participação popular nas políticas públicas e a intensa luta na busca pela regularização da posse da terra.

5ª Estação: Projeto Urbanização Jardim Novo Horizonte. Este projeto ganhou destaque nesta pesquisa por envolver questões pertinentes ao debate geográfico, do valor de uso ao valor de troca no processo da reprodução do espaço sob a égide capitalista. Na busca de sua compreensão dos elementos, agentes e impactos do projeto “Urbanização Jardim Novo Horizonte” além da busca de dados oficiais em torno da elaboração do projeto, foi abordada a questão da urbanização em algumas das reuniões com as entidades locais e nas entrevistas e conversas com os moradores.

É importante deixar claro, que, este formato estético do *ponto de partida* seguido de *estações*, busca deixar a linguagem mais lúdica e didática à apresentação da pesquisa, e não de imprimir um contorno linear. Todas as *estações* estão intimamente interligadas entre si. Os capítulos que seguem não pretendem descrever cada estação pontualmente, mas relacioná-las.

Por fim, este sendo um trabalho acadêmico, se limitar a empiria seria um delito. E outro disparate poderia ser conferido à ciência geográfica em reduzir a compreensão do evento em questão de forma desarticulada e independente de níveis mundiais, de processos que atualmente cada vez se acirram em redes globais. Para tal, segue um breve debate em torno no processo de urbanização e suas inerentes contradições.

### **3- URBANIZAÇÃO – o processo e seus agentes**

A urbanização como um processo atrelado à complexidade das relações sociais, do modo de produção pautado na divisão social do trabalho, se materializa na cidade. Esta, surge e se transforma de modo heterogêneo em diferentes locais e tempos históricos. Como na Antiguidade, as primeiras cidades, às quais tem como gérmen a sedentarização do homem através da domesticação de animais e plantas, e a partir de então há condições para a complexificação social. Através da geração de excedentes agrícolas tornava-se possível a utilização do tempo para outras atividades, em conjunto a divisão do trabalho.<sup>6</sup>

E com o passar do tempo, aparecem outros elementos ao enredamento social, como o aprimoramento linguístico (oral e escrito), as práticas religiosas e rituais, organização política, inovações técnicas, estabelecimento de dominações como as classes sociais. E lembrando, que ao se tratar deste período histórico, o qual podemos dizer pré-capitalista, as relações entre os lugares eram quase que inexistente principalmente às distâncias continentais. Assim, evidenciando as particularidades na formação das sociedades, cada qual com sua geografia.

Porém, não condiz com a proposta da pesquisa retratar de forma detalhada a origem e as transformações das cidades, onde se realiza a produção do espaço urbano, desde sua gênese; na Antiguidade, como pincelado acima; na Idade Média, onde há um retrocesso em algumas partes da Europa no processo de urbanização; e na Idade Moderna. Partiremos de uma breve contextualização do surgimento do modo de produção capitalista, pois este aprofunda e acentua a propagação da urbanização. Nesse sentido Sposito (2000:30) afirma que “A cidade nunca fora um espaço tão importante, e nem a urbanização um processo tão expressivo e extenso a nível mundial, como a partir do capitalismo”.

#### **3.1. Capitalismo e Urbanização**

Em conjunto à decadência do feudalismo há um processo de retomada da urbanização, o qual foi possível devido ao reestabelecimento do comércio. Este comércio, por sua vez, criou condições para o desencadeamento do modo de produção capitalista, esvaindo-se a economia feudal. (SINGER, 1983; SPOSITO, 2000)

Neste contexto, ressaltamos outro elemento fundamental que contribuiu para a desestruturação da organização socioespacial e do modo de produção do feudalismo, o estabelecimento da burguesa como uma classe social. Os burgueses eram os comerciantes que passaram a deter o poder de organização da produção de mercadoria e acumular riqueza.

---

<sup>6</sup> Tema aprofundado em MUNFORD, Lewis. *A cidade na história*.

Assim, essa classe, a burguesa, aprofunda a divisão do trabalho, conseqüentemente enraíza a divisão de classes sociais, estas sendo meio e produto da produção capitalista. Nessa linha, Sposito (2000:34) relata que,

A partir do processo de constituição de uma classe social — a burguesia —, com base na atividade comercial, a produção não visava apenas satisfazer as necessidades humanas, mas por seu caráter de mercadoria, propiciar o lucro e, por conseguinte, a acumulação através do comércio.

E para além do comércio de mercadoria, há o surgimento dos arrendatários capitalistas, a partir do século XIV, fato que aponta para a transformação da terra em mercadoria. Ou seja, inicialmente o que se comercializava era o excedente agrícola e produtos fabricados por artesãos, a mercadoria se limitava ao produto que teve como base a matéria prima, um elemento retirado da natureza, que foi produzido ou transformado através do trabalho do homem. Assim, a figura do arrendatário, que contrai renda da terra, denota um salto à possibilidade de se extrair lucro ao capitalista. Pois a terra é bem dado acabado pela natureza, não é necessário pagar pelo trabalho humano para produzi-la.

Outro elemento que aparece no contexto das trocas entre mercadorias extrapolarem os bens elementares às necessidades humanas ou daquilo de que não se podia produzir (valor de uso), é a troca baseada no dinheiro, um equivalente geral. Vários autores tratam da mudança que se insere nas trocas a partir do dinheiro, dentre eles, um clássico é Marx, em *O Capital*, e de forma sintetizada Sposito (2000:35) retoma este autor, onde retrata a utilização da moeda, inicialmente como um facilitador entre as trocas e posteriormente possibilita alguns desdobramentos no processo de comercialização:

A moeda, o dinheiro era apenas, o equivalente geral, que facilitava estas "trocas", e que permitia que cada uma das partes interessadas na troca não se visse obrigada a consumir as mercadorias da outra. Ao invés de se trocar mercadorias entre si (M - M), podia-se vender a mercadoria, e com o dinheiro adquirir o que conviesse (M -D-M). O que o comércio regular, que começa a se desenvolver plenamente durante a Idade Média fez, foi mudar o caráter desta troca, pois o comerciante comprava mercadorias (D - M) e as revendia por uma quantidade de dinheiro maior do que a inicial (M - D'), modificando a operação (D-M - D). (...) Portanto, aqueles que dele (do lucro) se beneficiavam desde o fim do período medieval — a burguesia — eram os capitalistas, e nesta primeira fase do desenvolvimento do novo modo de produção ocorreu a acumulação *primitiva do capital*.

A acumulação primitiva do capital, nas palavras de Marx (1988:340) não seria nada mais do que “o processo histórico de separação entre o produtor e o meio de produção. Ele aparece como primitivo porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que

lhe corresponde.” Para este processo ocorrer, como forma elementar, houve a expropriação da base fundiária do produtor rural, processo este que tomou formas violentas, como Marx retrata,

O roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação da usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Eles conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como os pássaros. (1988: 355)

Essa passagem descreve o processo da expropriação dos meios de produção, primeiramente na Inglaterra e em alguns pontos da Europa. E paralelo a esse movimento de concentração dos meios de produção e da propriedade capitalista que proporcionou o enriquecimento da burguesia, essa classe foi alcançando espaço político. A aliança entre poder econômico e poder político “paulatinamente suprimiu os privilégios da aristocracia feudal e a autoproteção corporativa dos artesãos. Tratava-se da aliança entre o capital comercial e a aristocracia real, entre a burguesia e o rei, que além de permitir a superação de barreiras inicialmente impostas à expansão dos interesses capitalistas, abriu espaço para esta expansão criando as condições para os grandes descobrimentos marítimos”. (SPOSITO, 2000:38)

Diante disto, podemos compreender que o capitalismo tem como berço a cidade, cuja espacialidade e dinâmica da economia urbana em oferece condições ideais para o desenvolvimento das forças produtivas urbanas. Estas condições propiciaram terreno fértil para a Revolução Comercial, no século XVI, a qual pode estabelecer a divisão do trabalho no plano mundial, e dar continuidade e amplitude ao desenvolvimento das forças produtivas. (SINGER, 1983)

Aliado ao desenvolvimento de técnicas, em especial ao meio de transporte marítimo, que levou a descoberta e colonização de territórios, realizou-se a divisão internacional do trabalho. Nesse contexto, o Brasil, bem como os países da América Latina, é dominado, passando os mesmos a se tornarem fornecedores, de forma exploratória, de matérias-primas aos países centrais.

E como passar dos séculos, desta vez menos lento que processo que culminou na Revolução Comercial, com o desenvolvimento em marcha do modo de produção capitalista, há outro marco histórico, a Revolução Industrial, que tem como base territorial a cidade, pois

é nela que se encontra a concentração de capital e força de trabalho para sua instauração. Nesse sentido, a industrialização se realiza, transforma e amplia o processo de urbanização.

### **3.2. Industrialização e Urbanização**

No capitalismo comercial, como seu próprio nome diz, a acumulação se dava através do comércio. A passagem para o capitalismo industrial desdobra capital acumulado das trocas comerciais, através do investimento nos meios de produção, como matéria-prima, ferramentas, máquinas e mão de obra. Aliado à produção do conhecimento no desenvolvimento das técnicas, cada vez mais, se aprimoram os meios de produção, com a finalidade de aperfeiçoar a produção.

Assim, como Sposito (2000) reflete, a Revolução Industrial não aconteceu somente porque se descobriu a máquina a vapor, mas a máquina a vapor foi descoberta porque se precisava promover uma revolução nos moldes da produção industrial, e assim, ampliar as possibilidades de realização do capital<sup>7</sup>.

Nesse contexto, com a intensificação da produção industrial, devido às condições de investimentos do capital acumulado em conjunto ao desenvolvimento técnico-científico, que se realizam na cidade, a urbanização tomou ritmos muito acentuados. Porém, assim como a industrialização ocorre de forma pontual e em tempos distintos, inicialmente na Europa, e depois dissipada pelo mundo - também ocorre com a urbanização, esta não se realiza de forma homogênea nem na Europa, tampouco nos países periféricos.

A lógica capitalista implica em conjunto na ampliação da produção, requerendo para a sobrevivência do sistema a expansão do mercado consumidor. Se antes, no capitalismo comercial de produção artesanal bastava o mercado local, agora, com a produção em larga escala, aos moldes industriais, os trâmites comerciais extrapolam até mesmo o mercado nacional, alcançando transações intercontinentais.

Neste momento, pós-revolução industrial, o próprio capitalismo muda sua roupagem, passando de comercial para concorrencial. Acompanhando essa transição, como um produto das formas sociais, o espaço urbano se transforma. A industrialização contribui para o crescimento das cidades, e sem a intervenção do Estado, a desordem predomina na paisagem,

---

<sup>7</sup> Esta ampliação de realização do capital é desenvolvida por Marx, este autor faz algumas conceituações, dentre elas, a *mais-valia*, que consiste na diferença entre o valor final da mercadoria produzida e a soma do valor dos meios de produção e do valor do trabalho, que seria a base do lucro no sistema capitalista. Em outras palavras, embutido no preço do produto, agora sob a determinação do capitalista, estava o "lucro", aquilo que a economia liberal considera a remuneração do capital investido, e que, na verdade, constitui-se na apropriação de parte da riqueza produzida pelo trabalhador que o seu salário não remunera – a mais-valia. (SPOSITO, 2000:47)



ou a ordem capitalista privilegiada. Nesse sentido, ainda com as contribuições de “*Capitalismo e Urbanização*”, Sposito diz que,

A cidade, o bairro, a casa iam sendo assim determinados pelos interesses do lucro. Benevolo chama de cidade liberal "... este ambiente desordenado e inabitável que é o resultado da superposição de muitas iniciativas públicas e particulares, não-reguladas e não-coordenadas".(...) A cidade era a própria desordem, e já na primeira metade do século XIX percebia-se a quebra de uma certa homogeneidade do seu padrão arquitetônico, e o fim da cidade como ambiente comum. O desenvolvimento capitalista e os inúmeros "problemas" urbanos advindos da rápida industrialização incentivaram o comportamento individual e a separação espacial das classes sociais dentro da cidade: os bairros de pobres, os bairros de ricos (...) Ter uma residência individualizada cercada de espaços era sinal de prestígio social, só possível para os mais ricos. (2000:56-7)

Podemos observar assim, que a cidade contém as formas da sociedade dividida em classes, a distinção socioeconômica se expressa nas paisagens das cidades. Ou seja, as contradições e desigualdades não são da cidade, mas do próprio modo de produção que se manifesta na urbanização. Porém, a desordem é tamanha que passa a incomodar a própria classe dominante. Daí então, no século XIX, ocorre mudanças, com uma nova postura do Estado,

A década de 1840 foi marcada por uma série de sindicâncias sobre as condições de vida nas maiores cidades. Por outro lado, como aponta Benevolo, houve o fim dos regimes liberais, com a ascensão de Napoleão III na França, Bismarck na Alemanha e os conservadores na Inglaterra, pondo fim à tese de não intervenção do Estado. A segunda metade do século XIX foi marcada pela aprovação de leis sanitárias, implantação de redes de água e esgoto (e depois, de gás, eletricidade e telefone) e melhorias nos percursos (ruas, praças, estradas de erro). O poder público estabeleceu regulamentos e executou obras: a administração passou a gerir/planejar os espaços urbanos. Paralelamente, desenvolveu-se o transporte coletivo urbano, cujo primeiro veículo foi o bonde a cavalos, possibilitando percorrer distâncias intra-urbanas um pouco maiores. (SPOSITO, 2000:59-60)

Estas medidas permitiram a reorganização das cidades europeias, uma vez que a concentração do capital em sua maior instância estava nas principais cidades europeias, que mantinham uma relação de dependência e exploração com os países periféricos, desde a colonização ao imperialismo. Estes modelos de urbanização dos países centrais, assim como as mercadorias, são adotados nos países periféricos

Nesse sentido, a concentração do capital está na gênese da industrialização e através do desenvolvimento técnico-científico, este por sua vez, financiado pelo capital acumulado, permite cada vez mais o aprofundamento da concentração dos meios de produção mais

competitivos e produtivos nos países centrais, o que acarreta na inviabilização da entrada de outros capitalistas e/ou países na concorrência. Configurando assim, outra etapa do capitalismo, de concorrencial para monopolista.

Tocante a isso, a troca desigual, não mais faz referência apenas a um comércio entre países, que realiza as produções e a troca de produtos industriais por produtos primários, de diferentes valores. Ao se "exportar" o capital (dinheiro e tecnologia) do centro para a periferia, esta última passa pelo processo de industrialização, porém sempre em condições atrasadas comparadas ao dos países que sediam as inovações tecnológicas.

Seguindo essa linha de pensamento, Immanuel Wallerstein, em sua obra “Capitalismo histórico e civilização capitalista”, este afirma que o capitalismo sempre foi uma economia-mundo baseada em trocas desiguais, esta é uma prática antiga, e que muitas vezes passa despercebida. Desde a formação histórica, o capitalismo busca incessantemente a expansão geográfica, em conjunto, o imperativo de transformação de tudo em mercadoria, de uma contínua acumulação de lucro, de uma forte proletarização e de inovações tecnológicas.

Wallerstein faz duras críticas à ideia de *progresso*, a qual foi fundamental, e ainda é empregada, na formação do mundo moderno. Afirma que essa ideia tem sido defendida por liberais, que têm como interesse a mercantilização de tudo. Outro processo, por ele criticado é de racionalização, insurgido do Iluminismo, afirmando que o ideal racionalista é inseparável da formação do capitalismo como processo que predomina em todo o mundo. Ele afirma que ao conceber a razão como verdade propagou-se um universalismo neutro, tendo no pilar da educação as noções de modernização e ocidentalização. Porém, “a ênfase na racionalidade da atividade científica serviu para mascarar a irracionalidade da acumulação incessante”. (2001:73)

As ideias em torno do progresso (que os países chegariam a um mesmo patamar de desenvolvimento), então, não passam de uma ilusão, pois desde a formação do capitalismo há a realização de centros hegemônicos que “comandam” as periferias. Os centros até mudam de lugar ao longo da história, mas, sempre existem posições centrais e periféricas, avançadas e dependentes. Diante disto, o autor desconstrói a ideia “otimista” do desenvolvimento como um processo vinculado apenas as demandas de um Estado- Nação. E contextualiza o sistema-mundo, fruto do capitalismo e mercado, pelas relações de dependências entre o centro-periferia e periferia-centro (diferenciado e combinado), e não uma relação evolutiva - a

impossibilidade dos países atrasados alcançarem os níveis dos países ricos e mais desenvolvidos<sup>8</sup>. (WALLERSTEIN, 2001)

Destarte, a urbanização dos países periféricos se configura de forma diferenciada dos centrais, assim, para compreender o processo inicial da urbanização do Brasil seria um equívoco relacioná-la apenas ao processo de industrialização, pois este se configurou tardio nos países periféricos. Diante disso, segundo Sposito,

A nossa urbanização resulta das formas tomadas pelo desenvolvimento do capitalismo, que se traduz na articulação das relações econômicas, sociais e políticas existentes entre os países "desenvolvidos" e "subdesenvolvidos". Poderíamos dizer, em outras palavras, que a nossa urbanização resulta do processo de transnacionalização da indústria ocidental (a do "centro"), abarcando os espaços periféricos e desorganizando e/ou se apropriando das formas de produção tradicionais destes países. (SPOSITO, 2000, p.9)

A urbanização brasileira, nesse contexto, tem sua origem atrelada ao modo e produção dos países centrais, e não como um processo espontâneo, evolutivo a partir da industrialização em nosso país. Aqui, a urbanização antecedeu a indústria. Isso resulta da inserção do Brasil atrelado ao sistema global do modo de produção. Nesse contexto, segue o levantamento de alguns elementos da formação de Jundiaí e aspectos gerais da urbanização brasileira.

### **3.3. Jundiahy: gênese e formação do tecido urbano**

O município de Jundiaí tem em suas transformações territoriais aspectos da história do país, acompanhado os movimentos da economia, política, movimentos populacionais, que se relacionam ao longo da história construindo suas características particulares.

Os povos nativos desta região, no que constam os registros, eram os indígenas da nação Tupi. E um dos poucos legados que puderam deixar é a origem do nome da cidade, o qual remete ao importante corpo hídrico da cidade, o Rio Jundiaí. Este tem por que por sua vez, a procedência etimológica de Jundiá (jundiá = bagre; y = rio), uma espécie de peixe que já fora abundante nos rios da cidade, hoje o conhecemos apenas por imagens ilustrativas.

Desde a etimologia de Jundiahy, esta sendo sua primeira grafia, à fundação da cidade, existem histórias divergentes. Porém, como não faz parte dos objetivos desta pesquisa, o aprofundamento de dados da formação do município, acreditamos ser mais prudente, neste momento não conflitar as informações, pois para isto, caberia um estudo e investigação

---

<sup>8</sup> Nesse sentido, o autor Neil Smith, em Desenvolvimento Desigual, demonstra um esforço em descobrir padrões dos processos gerais que engendram as desigualdades geográficas do desenvolvimento capitalista.

específica. Retrataremos aqui alguns dos dados mais aceitos, presentes em livros, e sítios oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e da Prefeitura Municipal de Jundiá – PMJ, e de forma breve.

A região nordeste da vila de São Paulo, atual São Paulo, era conhecida como sertão de “Mato Grosso de Jundiá”, nome que corresponde às características naturais - matas fechadas e a presença dos peixes jundiás do rio, estas ainda não desbravadas. Mas era só uma questão de tempo. A ocupação do país foi um movimento amplo para assegurar o domínio territorial, bem como as riquezas contidas, à metrópole (Portugal). A origem de Jundiá está diretamente ligada ao movimento bandeirante, principal responsável pela ocupação antiga da Capitania de São Vicente. (PMJ, 2013)

Na data de 1615, marca-se a chegada dos fundadores do povoado “Freguesia Nossa Senhora do Desterro de Jundiá”, o próprio nome contém informações que denotam aspectos históricos, neste caso a importância da Igreja Católica na constituição dos povoados, vilas e cidades no período colonial. Os fundadores foram Rafael de Oliveira, sua mulher Petronilha Rodrigues Antunes e filhos. Estes chegaram a região devido Rafael de Oliveira ter cometido crime de bandeirismo, àquele que aprisiona indígenas, o que era proibido por lei e condenado pela igreja, assim, acenaram-se nesta região, fugidos de São Paulo. (IBGE, 2013b)

Em 14 de dezembro de 1655 o povoado foi elevado à categoria de Vila, fato que denota o reconhecimento do povoado<sup>9</sup>. Nesta época, a vila de Jundiá foi marcada por considerável atividade econômica, pois constituía um ponto de apoio, um entroncamento para o abastecimento de alimentos produzidos pelos habitantes às expedições bandeiras. (IBGE, 2013b)

A partir de 1695 e durante o auge da exploração de metais e pedras preciosas no país, a economia da cidade estagnou. Manteve-se a agricultura para subsistência. Reativando-se após pouco mais de um século, em 1785, quando a atividade agrária se fortaleceu, os produtos que se destacavam eram cana-de açúcar, feijão, cereais, algodão e o café.

Neste momento (século XVIII), o local onde atualmente é o centro da cidade, é o princípio da aglomeração na cidade, onde no arquivo da História da cidade, da relata:

Neste momento (século XVIII), o local onde atualmente é o centro da cidade, foi o ponto inicial que se estabeleceu a primeira aglomeração na cidade. Na qual, encontra-se relato do arquivo da História da cidade, disponibilizado pela PMJ (2013), caracterizando a formação da área, dizendo que

---

<sup>9</sup> Esta data se tornou um feriado municipal, em que se comemora o aniversário da cidade.

Naquela época, a cidade tinha quatro ruas centrais, chamadas de Rua Direita (atualmente Barão de Jundiáí), Rua do Meio (Rua do Rosário), Rua Nova (Senador Fonseca) e Rua Boa Vista (Zacarias de Góes). As melhores casas eram de taipa e terra, enquanto os moradores mais humildes usavam o pau a pique, cobertas por sapé. A insurgente localidade possuía a Capela de Nossa Senhora do Rosário (hoje no local está o Gabinete de Leitura Rui Barbosa), o Hospício dos Beneditos e o Mosteiro de São Bento, um dos poucos monumentos sobreviventes. Naquela época, o abastecimento de água era feito de modo rudimentar, por meio de bicas públicas. Candeeiros de querosene eram responsáveis pela iluminação. Eles ficavam suspensos nas paredes, acesos no final da tarde e apagados ao raiar do sol. Um dos pontos comerciais mais movimentados era o Largo do Rocio, que deu lugar atualmente à Praça da Bandeira.

Em 28 de março de 1865 Jundiáí foi elevada à categoria de cidade. Neste momento a configuração territorial da cidade (FIGURA 2) continha os municípios atuais de Vinhedo, Campo Limpo Paulista, Várzea Paulista e Itupeva, os quais foram emancipados a partir da década de 1950.

**Figura 2. Área aproximada de Jundiáí em 1865**



A partir da segunda metade do século XIX a produção cafeeira se torna representativa para a economia nacional, e Jundiáí entrou no cenário produtivo desta *commoditie*, o que promoveu o crescimento da cidade. Junto com o café vieram a ferrovia e as indústrias. A Ferrovia Santos-Jundiáí (São Paulo Railway) foi inaugurada em 1867. (IBGE, 2013b)

A conjuntura da época presenciava a crise do escravismo e a conseqüente alta do preço do escravo, bem como estavam às vésperas da lei abolicionista (relação direta com os avanços do modo de produção nos países centrais). Neste contexto, os grandes produtores rurais passaram a buscar novos trabalhadores e a partir de 1890 teve início o amplo processo de imigração, com a participação direta do Governo Federal. Os primeiros e que apresentaram o maior contingente foram os italianos, vindo depois outros imigrantes europeus e também japoneses. Alguns imigrantes, que predominantemente se instalaram na lavoura, passaram rapidamente de colonos à proprietários, incrementando a atividade agrícola. Influência clara que podemos observar da presença destes imigrantes mais recentemente é participação de Jundiaí no “Circuito das Frutas”, um programa turístico do estado, com duas representações, a “Terra da Uva”, cultura bem desenvolvida pelos italianos e seus descendentes, e, por outro lado o morango inicialmente cultivado pelos japoneses. (PMJ, 2013)

A intensa imigração estimulou não apenas o setor agrário, mas o crescimento comercial e industrial e, ainda, o segmento de serviços e infraestrutura urbana, contribuindo para a ampliação da urbanização na cidade. Paralelo a isso, Jundiaí se destacava como uma cidade estratégica no setor ferroviário, pois além com a instalação da Ferrovia Santos-Jundiaí, passa a ser um ponto de entroncamento de vários eixos de ferrovias vindas do interior do estado. Dentre elas estão a Cia. Paulista de Estradas de Ferro, em 1872; Cia. Itatibense, em 1890; Cia. Bragantina, em 1891; e a Cia. Ituana, em 1873 que foi incorporada à Cia. Sorocabana em 1892. Destacamos esta última, pois quando esta linha é desativada, é sobre parte dela que ocorre a ocupação, onde atualmente está o Varjão.

De acordo com os dados do censo demográfico do IBGE, que datam a partir de 1980, havia 258.809 habitantes na cidade, seguindo crescimento populacional médio de quase 12% por década, tendo em 1991 com 289.269 habitantes, em 2000 com 323.397 habitantes e em 2010, no último censo chegou a 370.126 habitantes. Com isso, Jundiaí é, no estado, o 15º município mais populoso e o 59º maior do Brasil, sendo maior que quatro capitais estaduais do país. Atualmente cerca 75% da população de Jundiaí é descendente de imigrantes italianos, que constituem uma das maiores colônias em todo o Brasil. (PMJ, 2013)

Jundiaí é um município do interior do estado de São Paulo, no Brasil (FIGURA 3), está aproximadamente a 55 Km da capital do estado. Localiza-se a 23°11'11" de latitude sul e 46°53'03" de longitude oeste, a uma altitude de 761 metros.

**Figura 3. Localização de Jundiaí**



Fonte: PMJ, 2013

Possui conurbação consolidada com Várzea Paulista e Campo Limpo Paulista, além de estar em processo de conurbação com Itupeva. As cidades citadas fazem parte da Aglomeração Urbana de Jundiaí (FIGURA 4) juntamente com os municípios de Cabreúva, Louveira e Jarinu, totalizando cerca de 700 mil habitantes. A integração do município junto com a Grande São Paulo, a Região Metropolitana de Campinas e a Baixada Santista — ao Complexo Metropolitano Expandido, uma região que ultrapassa os 30 milhões de habitantes (cerca 75% da população paulista) e que é a primeira aglomeração urbana do tipo no hemisfério sul. (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. – EMPLASA, 2014)

**Figura 4. Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas do estado de São Paulo**



A produção do espaço de Jundiaí ao longo de sua história materializou os grandes movimentos da economia nacional. No passado estava presente em sua paisagem o funcionamento de quatro ferrovias, as quais possibilitavam a circulação de pessoas, e fundamentalmente de matéria-prima e mercadorias, em especial o café. E esta atividade produtiva proporcionou condições para um novo cenário, àquele que vimos no tópico anterior, o processo de industrialização, através da exportação do modelo de indústrias advindo dos países centrais.

Jundiaí, neste contexto, assim como no país, abandona a maior parte das ferrovias e passa a investir na “modernização”. Esse mundo moderno, mecaniza o campo, consome cada vez mais bens industrializados e se movimenta com automóveis, implementando as rodovias. Assim como descrito no Arquivo Público de Estado, na exposição “Ferrovias Paulistas”,<sup>10</sup>

Se na década de 1920 as rodovias construídas em São Paulo durante o governo de Washinton Luís (1920-1924) ainda não representavam uma ameaça às ferrovias, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) tem início uma progressiva substituição das ferrovias pelas rodovias como matrizes de transporte no Brasil e no estado de São Paulo, revelando uma clara prioridade à indústria automobilística que se consolida no mandato de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Jundiaí, nesse movimento de pavimentação das estradas e implementação de rodovias, passa a compor importantes eixos de ligação da capital do estado como o interior (FIGURA 5). Dentre as principais vias presente na cidade estão:

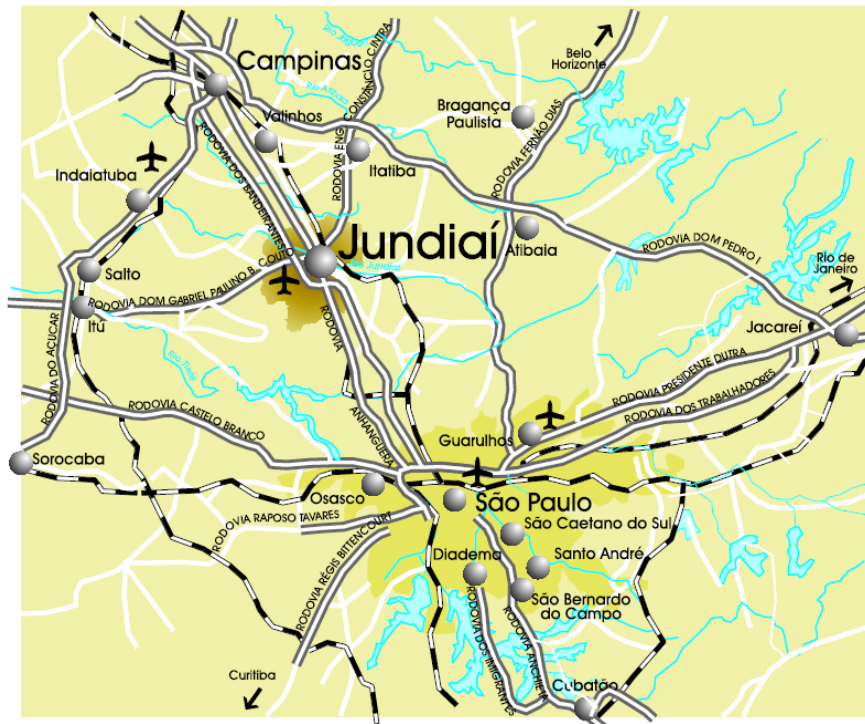
- SP-330 - Rodovia Anhanguera (para São Paulo, Campinas)
- SP-348 - Rodovia dos Bandeirantes (para São Paulo, Campinas)
- SP-300 - Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto (para Itu, noroeste do Estado de São Paulo e norte do Estado do Paraná)
- SP-332 - Tancredo Neves (para Caieiras, Várzea Paulista e São Paulo)
- SP-332 - Vereador Geraldo Dias (para Louveira)
- SP-360 - João Cereser (Anel de contorno, Aeroporto)
- SP-360 - Eng. Constâncio Cintra (para Itatiba, Águas de Lindóia)
- JAR-030 - Humberto Cereser/Natal Lorencini (para Jarinu)
- Estrada do Poste - (para Bairro do Poste, Itupeva)

---

<sup>10</sup> [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/exposicao\\_ferrovias/exposicao.php](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/exposicao_ferrovias/exposicao.php)



Figura 5. Principais vias de acesso em Jundiaí e Região



(Fonte: PMJ, 2013)

Neste caminho, que busca a modernização, as políticas de industrialização se aprofundam. A necessidade dos países centrais de reproduzir e aumentar a acumulação do capital resulta na expansão da produção e consumo de bens duráveis nos países periféricos. Neste contexto, o processo de industrialização no Brasil, e também em Jundiaí, ocorre de forma acelerada e concentradora, que por sua vez geram as periferias nas cidades.

#### 4- PERIFERIA – condição da produção e reprodução da cidade capitalista

*...a expansão capitalista revela formas selvagens que se expressam tanto na deterioração salarial, como nas condições de transporte, habitação, saúde, saneamento e outros elementos básicos para a reprodução da força de trabalho. (KOVARICK, 1979:14)*

Até o momento, quando utilizamos a noção de periferia, estávamos relacionando ao contexto global e histórico, de áreas que estão à margem do centro de decisões e reprodução social dominante. No sentido de reduzir a escala espacial de visualização das contradições que se realizam no modo de produção exploratório vigente e mais expressivo nos países periféricos, chegamos às periferias das cidades, pois estas materializam e se reproduzem socialmente.

O autor Vasconcelos retrata a noção de periferização no Brasil, a qual está aproximada de marginalização espacial. Para ele:

a noção é muito próxima da de marginalização, mas com um componente espacial mais forte. Ela lembra também parte da dualidade “centro-periferia”, o que não reflete a complexidade das cidades. É uma noção muito utilizada no Brasil, mas que não tem sentido em outras realidades, como nos afluentes subúrbios norte-americanos, por exemplo. Ela é frequentemente confundida com a noção de exclusão ou aparece como sinônimo de pobreza. Deve ser lembrado que a população da periferia não está segregada, mas ocupa o espaço em que o Estado *tolera* (ou permite) as implantações fora das normas oficiais ou mesmo irregulares (*laissez-faire*) em áreas que não interessam ao mercado imobiliário. Como o Estado não investe suficientemente em habitações sociais (nem nas infraestruturas e equipamentos urbanos) e como a população pobre em boa parte não consegue participar desses programas devido à irregularidade de seus vencimentos, ela vai habitar nos espaços periféricos onde são permitidos usos que nas áreas mais centrais são proibidos, pois dependem de licenças municipais. (VASCONCELOS, 2013:31)

Nesse sentido o conceito de *periferia*, remete ao distanciamento e/ou falta de acesso às condições sociais, econômicas e espaciais do centro, que vincula-se diretamente a um outro conceito, a *segregação*, sendo um conteúdo da produção do espaço urbano, conforme Alvarez afirma:

a segregação é produto e condição da urbanização capitalista, ela o é de maneira mais profunda nos países da periferia do capitalismo, no qual o monopólio da propriedade da terra exerce um papel fundamental nas condições de reprodução das relações de dominação e da desigualdade socioespacial. (ALVAREZ, 2013, p.3)

É neste ambiente socioespacial, segregado e periférico, que se realiza o objeto de pesquisa, o Varjão, que tem em sua história de formação o outro lado, inerente aos processos de urbanização e industrialização do país e conseqüentemente a expropriação de trabalhadores do campo. Aqui entendemos como realizações concretas simultâneas, o desenvolvimento gerado pela acumulação em detrimento da exploração de trabalhadores, estes últimos, se territorializando nas periferias.

#### 4.1. Da roça à periferia: territorialização e resistência na formação do Varjão

Jundiaí, desde sua origem, tem em seu cenário a representatividade de atividades agrícolas. Essas atividades passaram por vários momentos, como segue de forma sintetizada na tabela que segue,

<b>Tabela 1. Evolução da Agricultura em Jundiaí</b>	
Período	Características
1615	Chegada dos povoadores. Agricultura de manutenção do povoado e de sustento das expedições, tais como: milho, mandioca, trigo, marmelo, etc.
1695-1765	Ciclo da mineração. Desorganização da agricultura, falta de mantimentos, inópia rural. Importação de produtos do reino e de escravos da Africa. Formação de caravanas de mineração para o sertão.
1765-1785	Decadência da mineração com conseqüente queda nas atividade do campo.
1785-1845	Ressurgimento da agricultura com intensa organização de tropas de comércio e transporte. Plantio em grande escala de cereais e feijão, cana-de-açúcar, algodão e café principalmente. Mão de obra negra.
1845-1915	Esplendor rural com produção em grande escala de cana, café e algodão. Chegada de imigrantes europeus, principalmente italianos.
1915-1975	Diversificação da agricultura pela ação dos imigrantes. Começa a implantação da viticultura e fruticultura de clima temperado. Neste período, Jundiaí se tornou o maior produtor de uvas de mesa do Brasil.
1975-hoje	A atividade agropecuária continua importante em Jundiaí, a alcunha Terra da Uva continua. A produção de hortaliças, fruticultura, principalmente a uva tipo Niágara e morango, avicultura e bovinos abastecem o mercado local, regional e também, em menor escala à exportação. A cidade possui a 5ª população rural do estado.

Fontes: PONTES, 1975; PMJ, 2013.

Os dados que tivemos acesso da região cujo bairro Varjão está inserido, mostram que antes de sua formação, quando estava instalada a linha férrea, da Cia Sorocabana, a porção entre o bairro, que está demarcado com a linha em vermelha, como mostra na Figura 6, até a Fazenda Ermida (circulada de verde), pertencia à sede desta fazenda. Esta grande área, que

atualmente possui vários usos, desde bairros à setor industrial, fez parte da história agrária de Jundiaí.

**Figura 6. Localização da Fazenda Ermida e do bairro Varjão**



Fonte: [www.google.com.br/maps](http://www.google.com.br/maps), 2014; Adaptação de Natália P. de Oliveira

A origem das primeiras construções da Fazenda Ermida data do século XVIII e, integra um extinto engenho de cana de açúcar. A rápida transformação do senhor de engenho em fazendeiro de café foi responsável pela ausência de vestígios dos engenhos no chamado quadrilátero do açúcar Itu, Campinas, Piracicaba e Jundiaí. (FAACG, 2014)

Segundo Elizabeth Filippini (*apud* FAACG, 2014) em seu trabalho “*A sombra dos cafezais: sitiantes e chacareiros em Jundiaí 1890-1920*” o café foi responsável para o município de Jundiaí, pela transformação da economia, pela expansão do povoamento e pelas variações de sua população, da segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX.

No final do século XIX, a cidade de Jundiaí passou por profundas transformações econômicas e sociais decorrentes da lavoura cafeeira, da construção da estrada de ferro Santos-Jundiaí (1867) e do afluxo de imigrantes europeus (1887 e 1890).

Advém do período cafeeiro a imponência da Fazenda Ermida (FIGURA 7), da casa-sede, com a senzala, as colônias, o terreiro e a tulha de café. A propriedade, na década de 1880 pertencia à família do Sr. Antonio José da Costa Wilk e Maria Pereira da Costa Wilk, que deixam de herança para as filhas, a fazenda e várias dívidas, motivo que leva as herdeiras a vender a propriedade.

**Figura 7. Fazenda Ermida**



Fonte: PMJ, 2014

Em 1905, o novo proprietário da Fazenda Ermida foi o já bem estabelecido Eloy Chaves, modelo do fazendeiro-empresário paulista. O interesse de Chaves nesta propriedade estava em meio à facilidade de escoamento de mercadorias graças à posição geográfica de Jundiaí, e ao importante entroncamento ferroviário que tornava a região um local estratégico para exportação de café. O mesmo também passou a cultivar eucalipto.

Este personagem histórico, da “elite ruralista de vocação empresarial”, como Valderrama *et al* (2008) define Eloy Chaves, com suas riquezas em parte vinda do ouro verde – o café, impulsionou a industrialização de Jundiaí. O mesmo comprou, em 1910, a Companhia Fiação e Tecidos São Bento S.A.(1874) que passou a ser S.A. Industrial Jundiaiense, foi a primeira tecelagem da cidade de Jundiaí, fundada por Antônio de Queirós Teles – o Conde de Parnaíba, filho do Barão de Jundiaí. Este constituiu a Cia. Ermida de Papel e Celulose. Dentre outras iniciativas empresariais foi um dos fundadores da Empresa Luz e Força de Jundiaí.

No final do século XIX desenha-se um novo tipo de cafeicultor, aquele empresário de que realizava múltiplos investimentos e apresentava-se constituindo-se como um modelo mais adaptado as regras da nova economia urbana. Nesse contexto, há que ressaltar que não houve uma ruptura com o mundo rural, mas buscou-se a adequação aos moldes da modernidade. Esse é o período em que o Brasil torna-se um país agrário e voltado para a economia de exportação agrícola, onde o principal produto foi o café. Em especial ao estado de São Paulo, que de acordo com Valderrama *et al* (2008),

...este processo foi significativo e caracterizou-se essencialmente pela formação de uma elite ruralista de vocação empresarial, a exemplo de Eloy Chaves, e que construiu uma rede complexa de investimentos interligando o sistema agrário ao industrial. Este processo configurou-se a partir da introdução de parâmetros da chamada modernidade cujo primeiro abrigo foi a cidade e a construção do “sentido urbano”, tanto na ampliação de bens e serviços urbanos, quanto nos costumes e modos de vida. Esta transformação expandiu-se ao campo por meio da ferrovia, das novas técnicas e tecnologias aplicadas na produção agrária e na adoção de valores urbanos sobre os modos de viver no campo provocando uma permeabilidade maior entre as fronteiras do mundo rural e do mundo urbano.

A partir dessas análises podemos fazer algumas considerações: a primeira diz respeito, ao cenário caracterizado pela ampliação de bens e serviços urbanos. Devemos contextualizar tal afirmação, pois o alcance desta urbanização é reduzido ao raio central da cidade. E, segundo, quando afirmam que a modernidade, que se materializa no urbano, através da ferrovia se expande ao campo, mas qual campo? Qual fazendeiro? Esse processo de modernização no campo se realiza de forma pontual (espacialmente) e seleta (socioeconomicamente) – e os resultados dessa combinação, estão claros, como visto no tópico anterior, formam uma grande massa de trabalhadores “livres como os pássaros”, parafraseando com Marx, que acabam nas periferias e excluídos da cidade e do urbano.

Retomando a FIGURA 6, onde identificamos a Fazenda Ermida, localizada na porção sul referente ao Varjão, nos atendo à porção norte podemos observar a localização do Varjão próximo ao leito do Rio Jundiaí. A situação ambiental, posicionado numa área de várzea, alagadiça, é que dá origem ao nome Varjão. As condições ambientais presentes nesta área, de solo fértil e abundante em água, são favoráveis ao cultivo de determinadas culturas. Quanto ao uso desta área, não localizamos registros oficiais, como se tem da Fazenda Ermida, muito provavelmente, por ter pertencido a sítiantes de poucas posses, que têm suas histórias com “h” minúsculo – prática tradicional da História oficial. E nesta pesquisa, ainda que inicialmente, buscamos romper esse movimento, ao legitimar e registrar as diversas formas de uso e ocupação do espaço.

Diante deste desafio, o material consultado foi elaborado pelos próprios moradores, conta a história através das lembranças revigoradas por alguns vestígios como as fotografias, relatos de moradores antigos e pesquisas documentais da história da ferrovia. Estes registros, contam que por muitas décadas (não se sabe exatamente as datas), a área de várzea, entre a ferrovia e o Rio Jundiaí, foi cultivada pelos imigrantes japoneses (FIGURAS 8) com

hortaliças, morango e arroz. A chegada dos japoneses foi principalmente no pós Primeira Guerra Mundial até 1920.

**Figuras 8.a, b, c e d. Agricultores japoneses, na região do atual Varjão**



Fonte: Fonte: Arquivo de Janaína da Silva Araújo

A partir do final da década de 1960 e início de 1970, marca o começo da decadência nas atividades realizadas ali até então. Uma das explicações que surgiram relacionam com o impacto da inovação da técnica produtiva implantada em outras regiões do estado, como a de Campinas, que configurou fatores atrativos aos imigrantes. Assim, estes viram a possibilidade de prosperar noutros lugares, migrando de Jundiá.

E em conjunto a esse declínio das atividades agrícolas, em especial as pequenas propriedades, como consequência da modernização do campo e industrialização acelerada, que se aprofundavam no país, ocorria o sucateamento das ferrovias, como já citado anteriormente e sua substituição pelas rodovias.

A linha Sorocabana está incluída nesse processo de abandono, ao longo de sua história passou por inúmeras companhias até à estatização e sua falência,

- 1873-1892 – Cia Ytuana
- 1892-1907 – Cia União Sorocabana e Ytuana
- 1907-1919 – Sorocabana Railway
- 1919-1971 – Estrada de Ferro Sorocabana
- 1971-1975 – Ferrovia Paulista S.A. (FEPASA)

No processo de falência a FEPASA, do trecho da antiga Sorocabana, é abandonada. Nessa conjuntura que se criam as condições de formação do Varjão, por um lado as fazendas e sítios sendo desativadas, ou transferidas para lugares mais competitivos, deixando os trabalhadores com único bem que possuíam – a força de trabalho. E outro motivo relaciona-se a marcha da industrialização, em especial ao estado de São Paulo, a qual requer um auto contingente de massa proletária. Tal processo promove a migração de uma parcela significativa da população, a medida que a representação da melhora de vida nos centros urbanos ganham força, impulsionando a saída de população de todas as regiões do país a São Paulo. Mas ao chegarem à cidade, a qual não fora planejada para receber e acomodar os trabalhadores, se deparam com dificuldades e são forçados a buscar espaços onde possam sobreviver – na periferia. Diante desses acontecimentos, Araujo e Silva (2010) relatam o surgimento do Varjão,

os empregados que para eles trabalhavam (para os japoneses), viram-se sem empregos e sem moradias. Havendo no local um ramo da rede ferroviária desativada, resolveram construir ali mesmo suas casas, utilizando-se das próprias madeiras da ferrovia, sendo dois moradores os primeiros.

Assim pode-se dizer que deu início o primeiro núcleo do bairro, conhecido como Varjão I, nome escolhido pelos próprios moradores por ser, uma área de várzea e também na extensão da rede ferroviária estadual, onde está assentado hoje o maior número de moradores do bairro. Posteriormente vieram outros moradores e daí surgiu o Varjão III, habitado hoje por muitos parentes do Varjão I e II.

Nas falas dos moradores, nas conversas ocorridas em trabalho de campo, nos depoimentos das entrevistas realizadas, a história de formação do Varjão passou pelo mesmo fio condutor, onde trabalhadores do campo que moravam nas terras do proprietário da fazenda e sem bens acumulados, aos serem demitidos enxergam na área abandonada da ferrovia a alternativa para a própria sobrevivência. Assim, iniciam as autoconstruções em mutirão dos barracos sobre os trilhos. A espoliação se faz em todos os sentidos, as necessidades sociais mínimas são privadas daqueles que foram expropriados do campo, e são explorados enquanto fornecedores de força de trabalho. Como assinala em trabalho clássico Lúcio Kovarick, (1979:55) “autoconstrução de moradias é espoliação urbana”.



A ocupação foi palco de inúmeros conflitos, de um lado os ‘invasores’, que construía suas casas em mutirão ao longo da madrugada; e de outro, os funcionários da Cia ferroviária, que desmanchavam as construções durante o dia. Até o momento em que os funcionários passam a não mais fiscalizar a área, pois no processo de declínio das ferrovias, a desativação levou diretamente a falência das empresas que administravam, seguida de abandono dos trilhos, de estações, e claro, o esvaziamento de empregados.

Sem o controle do estado, a quem pertencia a FEPASA, a ocupação se intensificou. Segundo os relatos, muitos dos primeiros moradores eram de origem nordestina, e do estado do Paraná, quanto ao último, contam que houve intensa migração dos “pés vermelho”<sup>11</sup>.

O processo inicial da ocupação, na década de 1970, como citado anteriormente por Araujo e Silva, formou o Varjão I (FIGURA 9). Com o contínuo crescimento desordenado das cidades, dos movimentos migratórios e do aprofundamento gradativo das desigualdades socioeconômicas e espaciais, entre as décadas de 1980-90, as ocupações na região não cessam e forma-se o Varjão II.

Em consulta ao Plano Diretor de Jundiaí (2012), há um conflito nas informações quanto à data de ocupação, neste documento contém um mapa da evolução da urbanização no município (FIGURA 10), e data que esta região foi ocupada após 1983. No próximo capítulo aborda-se documentos que comprovam que a ocupação ocorreu de fato na década de 1970.

E o Varjão III, de ocupação mais recente, se forma a partir da década de 1990, segundo os relatos, muitos dos moradores são filhos e/ou parentes dos que já moram no Varjão I e II. Fato que denota as condições de reprodução da classe, as quais mantém as dificuldades, ou mesmo a impossibilidade da aquisição de imóveis regularizados. E por outro lado, muitos dizem que passou a ser cômodo manter esse modo de reproduzir-se.

Outro fato, que levou a intensificação do Varjão como um todo, mas em especial o Varjão III, foi o movimento em busca da regularização de posse por usucapião, na primeira década do século XXI, que será aprofundado no próximo capítulo. Esta situação, da possibilidade que adquirir a escritura da moradia, faz com que muitos passam a ocupar a área com a expectativa de ser contemplado. Atualmente o Varjão tem aproximadamente 7 Km de extensão.

---

<sup>11</sup> Alcinha conferida aos camponeses paranaenses, advindo da coloração típica do solo deste estado, o latossolo rico em ferro, daí a tonalidade vermelha.

**Figura 9. Evolução da ocupação: Varjão I, Varjão II e Varjão III.**



Fonte: [www.google.com.br/maps](http://www.google.com.br/maps), 2014; Adaptação de Natália P. de Oliveira

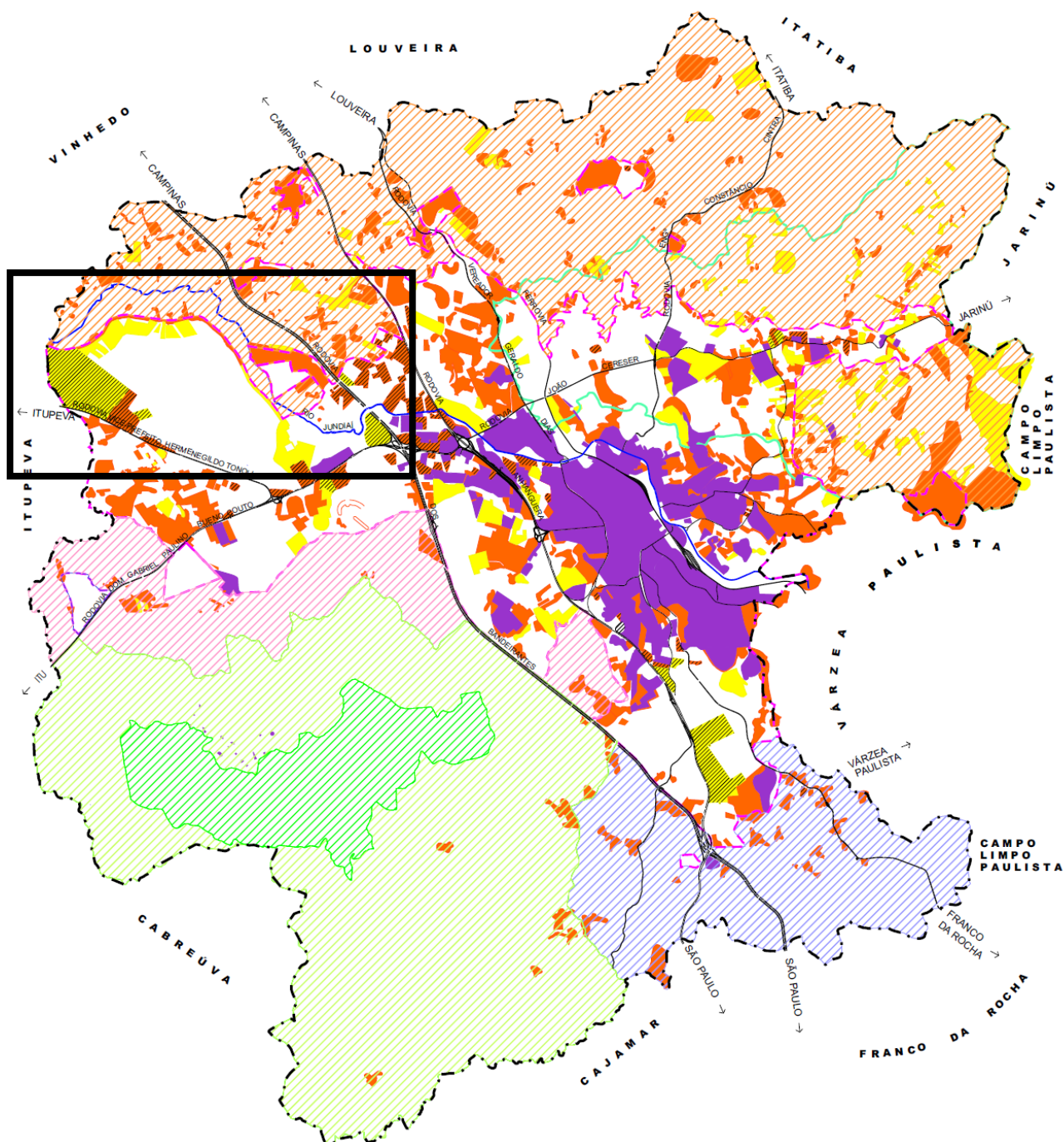
Outro elemento que pode ser visto no mapa da evolução urbana (FIGURA 10), é a zona de fronteira que o Varjão se insere. Por um lado estão as formações dos bairros mais recentes e os novos setores industriais da cidade e por outro lado, ao norte do Varjão, a macrozona rural de Jundiaí. Esta última indica a relação que alguns moradores têm com o campo. Tal aspecto pode ser visualizado pois notou-se em campo que alguns deles cuidam de rebanhos de caprinos, ovelhas e gado. Houve vários relatos, dizendo que algumas vezes o trânsito é parado pela passagem dos animais nas vias. Observou-se também que alguns outros moradores têm em sua residência galinhas, hortas entre outros elementos que remetem a cultura do campo.

Em 06 de março de 1989 o poder municipal, mesmo sem o direito de atuar nesta área, por ser terras do estado, aprova o Decreto Nº 10.580 (ANEXO I), o qual considera que a expansão dos núcleos de favela já existente dificulta a urbanização das áreas e a exata delimitação geográfica das moradias, caminhos e passagens de pedestres. E ainda julga como forma de “desnaturalização” do uso da terra, pois há “graves denúncias” quanto à venda e aluguel dos barracos. Assim, decreta a delimitação das áreas públicas ocupadas por barracos, sendo proibida a expansão dos núcleos de favelas. O governo municipal também proíbe a comercialização e locação, sujeitando o responsável a penalidades previstas em lei. E contariam com fiscalização de órgãos da prefeitura<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Esta atuação denota uma ilegalidade, onde o poder policial *municipal* atua em solo *estadual*, lembrando que as terras da ferrovia pertenciam ao estado.












Figura 10. Evolução histórica da urbanização de Jundiáí



## EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA URBANIZAÇÃO

S/ Escala

Fonte: SMPMA

- |   |                                    |   |                                    |
|---|------------------------------------|---|------------------------------------|
|  | ÁREAS URBANIZADAS ATÉ 1983         |  | MACROZONA RURAL                    |
|  | ÁREAS URBANIZADAS DE 1983 ATÉ 1993 |  | MACROZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL I  |
|  | ÁREAS URBANIZADAS DE 1993 ATÉ 2002 |  | MACROZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL II |
|  | INDÚSTRIAS EXISTENTES              |  | MACROZONA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL |
|  | MACROZONA URBANA E BAIROS ISOLADOS |  | RESERVA BIOLÓGICA                  |
|   |                                    |  | MICROBACIA DO RIO JUNDIAÍ MIRIM    |



Porém, a despeito do decreto aprovado, não houve a efetiva fiscalização, controle, tampouco políticas de regularização e urbanização para tais núcleos de favelas. Tal ausência de atuação contribuiu para continuidade ao processo de ocupação no Varjão, bem como em outros pontos e o surgimento de novos núcleos na cidade, que não cabem ser descritos aqui.

No próximo tópico, será abordada a questão dos investimentos municipais para a efetivação da industrialização em Jundiaí, os quais direcionam os recursos públicos à urbanização dos espaços do capital, e o Varjão, dentre outras áreas segregadas, aprofundam os dilemas urbanos.

#### **4.2. Urbanização dos espaços do ‘capital’ e segregação da classe operária: a consolidação periférica**

A urbanização de Jundiaí, como pode-se perceber, está ligada às condições gerais da região que está inserida, que por sua vez está atrelada aos meios técnicos-científicos do modo de produzir e distribuir as mercadorias, ou seja, às dinâmicas econômicas, políticas e sociais globais. Desde a produção agrícola à industrialização a cidade se relaciona com uma *hinterland* local/regional. Ressaltando que a inserção da atividade industrial não exclui a agrícola, apenas mudam as formas como se relacionam. Tanto que Jundiaí, mesmo após a intensificação urbana, ainda é conhecida por “Terra da Uva”.

Reconhecemos que a urbanização é muito mais complexa do que apenas a instalação industrial, e que seu processo se modifica através das transformações da sociedade. Porém, para o desenvolvimento desta pesquisa, por questões práticas vamos nos ater ao processo de industrialização da cidade, de forma sintética e não reducionista, como um elemento que ilustra o papel do Estado frente ao planejamento e investimentos públicos do espaço. Os quais evidenciam o aprofundamento da segregação.

O final do século XIX foi o marco da chegada das primeiras indústrias, inicialmente impulsionadas pela elite agrária, as quais também compunham cadeiras políticas, como exemplos visto, Eloy Chaves e Antônio de Queirós Teles. Através do excedente agrícola e o perfil empreendedor capaz de investir e reproduzir o capital, a elite agrária materializa o modo de produção dos países centrais. Segundo Marques (2008), um dos fatores primordiais para o desenvolvimento da indústria em Jundiaí incide numa tríade: “entroncamento ferroviário – áreas planas extensas – água pluvial”.

Seguindo essa linha, as localizações das primeiras indústrias de Jundiaí seguiam o traçado da estação ferroviária, nas áreas planas que margeiam o rio Jundiaí e o rio Guapeva. Neste momento a instalação industrial estava em meio às áreas residenciais, e bastante próximas do centro comercial da cidade. Elementos que em breve se tornarão fatores de constrangimentos para a indústria, devido ao crescimento da cidade.

As atividades industriais foram se desenvolvendo cada vez mais, principalmente no setor têxtil, passando as fábricas a se distribuir em vários pontos da cidade, num raio próximo a ferrovia, como explicitado anteriormente. Em 1948, com a construção da Rodovia Anhanguera no trecho de Jundiaí, as indústrias passaram a se concentrar mais perto da rodovia. Os locais em que as indústrias passam a se instalar atraíram rapidamente os equipamentos urbanos.

Ao passar o período do declínio cafeeiro, e a instaurada decadência das ferrovias, na década de 1970, mesmo período da ocupação do Varjão, o governo municipal elaborou o Plano de Incentivo e Desenvolvimento Industrial – PLANIDIL, onde estava previsto o local que seria específico para as indústrias, hoje o Distrito Industrial. Além disso, ofereceram incentivos e benefícios fiscais para tornar a cidade mais atraente e potencializar a vinda das indústrias. (PMJ, 2013)

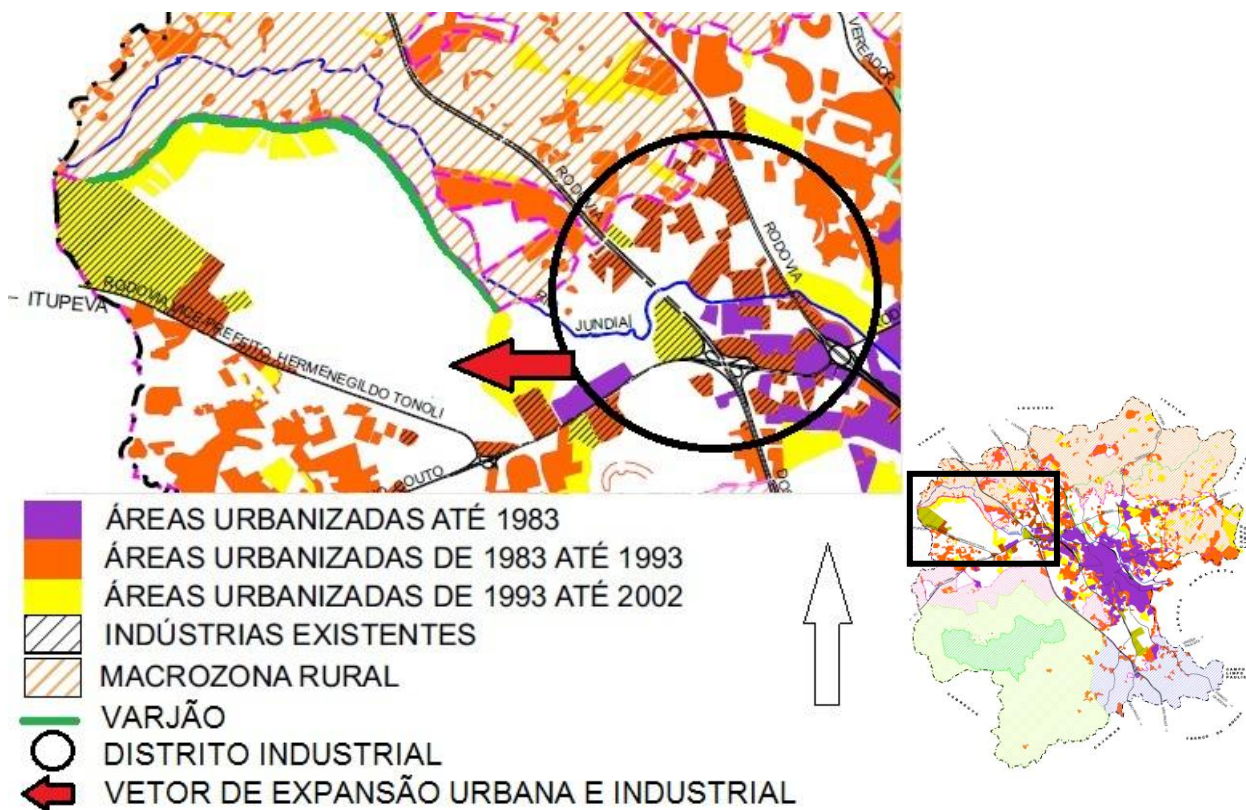
Em conjunto ao cenário instalado pelo PLANIDIL, promovendo ainda mais a atração para as indústrias, foi promulgada a Lei Municipal Nº 1598/69, que autorizava o Município a ceder ou doar bens imóveis do patrimônio municipal, e conceder incentivos fiscais isentando dos impostos municipais por até cinco anos às empresas que se estabelecessem em Jundiaí, e mais 50% de desconto nos próximos cinco anos de permanência. Nesse sentido, Marques (2008:108) descreve que o Distrito Industrial,

... foi instalado em área de propriedade municipal e ficaram por conta da municipalidade suas obras de infraestrutura como arruamento, pavimentação, saneamento básico, energia elétrica, iluminação pública e telecomunicações, lembrando que os incentivos de isenção de impostos continuaram. A partir da criação do Distrito Industrial todas as indústrias passaram a se instalar nesta área.

Assim, como podemos observar na FIGURA 11, a localização do pátio industrial foi estratégica, alocando-se às margens da Rodovia Anhanguera e da Rodovia Bandeirantes, e aliado ao discurso ambiental, de reservar uma área específica para as indústrias, devido aos poluentes que prejudicam as áreas residenciais. Nesse sentido, visando amenizar os problemas ambientais, em 1998 a Companhia Saneamento de Jundiaí –CSJ (FIGURA 12) inaugurou a

Estação de tratamento de Esgotos, localizada no Varjão, uma das maiores do Estado, para despoluir e recuperar o Rio Jundiáí.

**Figura 11. Localização de áreas urbanizadas e das indústrias próximas ao bairro**



### Varjão

Fonte: Plano Diretor Estratégico de Jundiáí, 2012; Adaptação Natália P. de Oliveira

Os caminhos da urbanização da cidade vão ao encontro ao aprofundamento da segregação. Onde o poder público, via interesse do estabelecimento do considerado - um dos maiores parque industrial da América Latina, com mais de 800 indústrias atualmente, elaborou um grande projeto e, para executá-lo disponibilizou bens e recursos públicos voltados para o capital privado. E na mesma época, vizinho do Distrito, está o Varjão, que até a década de 1990 não havia nenhum equipamento coletivo, fora a circulação de ônibus que prestavam serviços de forma precária. O processo de expansão das periferias urbanas de Jundiáí lembra o que fala MARICATO (1996), quando diz que as redes viárias e os lotes clandestinos urbanos foram as bases para a expansão horizontal das grandes cidades brasileiras nas décadas de 1940 a 1970. A autora ressalta que o Estado e o judiciário desenvolveram estratégias para coexistir com o ocultamento da cidade que vinha sendo ocupada irregularmente.

Assim, poucos equipamentos público chegam ao Varjão. Mas a perversidade é ampliada com a instalação a CSJ em 1998, uma estação de tratamento de esgoto. Equipamento indesejado em áreas valorizadas ou que se tenha a pretensão de valorizar num futuro, pois ocasiona a desvalorização dos imóveis. Aqui não estamos questionando sua existência, pois cumpre um papel imprescindível, porém a escolha do local para a instalação foi arbitrária. Os moradores relatam que não foram consultados ou informados da estação, mas agora convivem diariamente com o odor do esgoto que é gerado por toda cidade. Em contrapartida foi criada, apenas em 2005, a “Casa da Fonte”, entidade que faz projetos sociais com os moradores do Varjão.

**Figura 12. Companhia Saneamento de Jundiaí**



(Fonte: [www.google.com.br/mapas](http://www.google.com.br/mapas), 2014; Adaptação Natália P. de Oliveira)

É importante fazer a consideração, que não estamos conflitando a ausências de atuação do poder público, principalmente dentre as décadas de 1970 e início de 1990 no Varjão devido à execução do PLANIDIL. Não estamos reduzindo a complexidade dos interesses políticos e econômicos, como se um projeto excluísse o outro. Mas buscamos ressaltar, via exemplo da industrialização, as contradições do direcionamento dos recursos públicos, que denotam a proximidade/dependência dos setores público e privado, em detrimento da classe trabalhadora e proliferação da segregação socioespacial.

Nesse contexto, de abandono do poder público, surgem movimentos organizados e associação de bairro buscando melhorias para o Varjão. Como nos relatos dos moradores, é como se a população do Varjão acordasse para cobrar os seus direitos.

## **5- A LUTA POR UM ‘NOVO HORIZONTE’ – organização da população tecendo redes**

*...as cidades e as sociedades modernas não produzem soluções modernas para os problemas sociais, motivo pelo qual acreditamos ser necessária uma reinvenção da emancipação social.<sup>13</sup>*

Diante do ocultamento da “cidade ilegal”, no Varjão, fundamentalmente a partir da década de 1990, os moradores iniciam o processo de reivindicações para que as condições mínimas do urbano alcancem o espaço que habitam. Ainda que não aprofundado da forma devida, acredito ser este o capítulo central da pesquisa, pois, após abordarmos questões gerais, chegamos à escala micro, no nível da organização social local. Acreditamos como Lefebvre (2014) defende, que é no nível do cotidiano que podemos apreender a realidade.

Através da convivência com a comunidade, inicialmente como docente na escola local e em seguida com a observação-participante pode-se perceber o movimento atuante da população local, a qual busca a construção de indivíduos cidadãos, onde

A cidadania é compreendida aqui de um lado como o usufruto de direitos políticos, cívicos e sociais, mas também como uma inserção consciente no mundo e uma atitude de engajamento para ampliar estes direitos numa dimensão cada vez mais coletiva, que seria o dever do cidadão. (SALES, 2009:2)

E para a formação de uma cultura cidadã é necessário espaços que criem as condições para uma postura crítica e ativa da realidade em que se vive, nesse sentido, no tópico que segue buscamos ilustrar parte desse processo, como as entidades presentes e o despertar para função social da terra. É importante ressaltar que é um processo em andamento, pois nos deparamos com diversas ações que se limitam ao assistencialismo.

### **5.1. Criação de entidades e ações coletivas: espaços de empoderamento e a luta pela posse da terra**

O que consta na pesquisa de campo é que uma das primeiras formas de organização local de reivindicações do bairro foi a associação de moradores, tendo como premissa a conquista de elementos triviais ao espaço urbanizado, como a água encanada e energia elétrica. Nesse momento, final da década de 1980 e início da década de 1990, a Associação

---

<sup>13</sup> Boaventura de Sousa Santos. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Porto; Afrontamento, 2006.



também solicitaram o asfalto, porém este só foi instalado na primeira de década do século XXI, através de inúmeros protestos, divulgação na mídia local e solicitações diretas aos representantes do poder público. A rua asfaltada é a principal via do bairro, Estrada Municipal do Varjão, que liga ao município de Itupeva. O próprio nome da estrada foi uma conquista, pois houve interesse do setor público em renomear a via com o nome de um político da cidade, fato que resultou num plebiscito. E a maioria dos votos, denotando sentimento de pertencimento ao local, elegeu o nome que traz a história do bairro.

Após a conquista da água e luz, chegou a primeira escola do bairro, EMEB Profª Cleo Nogueira Barbosa, de ensino básico infantil, em 1992. E para efeito objetivo, faremos uma lista das instituições e entidades que foram construídas aos poucos, instaladas no final da década de 1990 e meados da primeira década de 2000. Na maioria das vezes conquistadas por forças reivindicativas dos moradores. Incluiremos também entidades que atendem a população do Varjão, mas que se localizam no Conjunto Habitacional João Mezzalira, Almerinda Chaves e Residencial Jundiá, bairros que estão na delimitação com o Varjão.

### **Equipamentos públicos localizados no Jardim Novo Horizonte:**

---

#### **EDUCAÇÃO:**

- EMEB PROFª. CLÉO NOGUEIRA BARBOSA - (E.F. Ciclo I e EJA – Educação para Jovens e Adultos 1ª a 4ª série do ensino fundamental)

Endereço:- Estrada Municipal do Varjão, s/nº

---

#### **ESPORTE:**

- COMPLEXO EDUCACIONAL CULTURAL E ESPORTIVO JOSÉ DE MARCHI  
( atividades esportivas e de lazer)

Endereço:- Estrada Municipal do Varjão, nº 2570

---

#### **CENTROS COMUNITÁRIOS EDIFICADOS PELA FUMAS:**

I- Estrada Municipal do Varjão, nº 2549

II- Estrada Municipal do Varjão, nº 4677

III- Rua Oito, nº 5546

Os Centros Comunitários existentes no bairro são mantidos pela FUMAS e administrados pela própria comunidade local, com comissão responsável pela utilização do espaço. A autonomia de ação dos Centros Comunitários gera espaços dinâmicos e peculiares postos em que a comunidade estrutura seu espaço mediante suas necessidades e interesses.

Nos Centros Comunitários efetua-se a distribuição da Suplementação Alimentar “Programa Criança Saúde” (entrega de sopa) da FUMAS realizados em dois períodos: manhã e tarde, para crianças e adolescentes de 06 meses a 14 anos, gestantes, nutrizes, idosos e convalescentes.

---

### **Equipamentos públicos localizados no entorno:**

---

#### **ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS:**

- EMEB IVO DE BONA (EF. Ciclo I e EJA – Educação para jovens e adultos (supletivo 5ª a 8ª ensino fundamental).

Endereço:- Rua Francisco Roveri, nº 505 – Parque Residencial Almerinda Chaves

- EMEB Residencial Jundiáí (Creche)

Endereço:- Pastor Matheus Prado, nº 222 – Residencial Jundiáí

- EMEB BEATRIZ BLATTNER PUPO (EF. Ciclo I)

Endereço:- Av. Camile Todaro, nº 2850 – Conjunto Habitacional João Mezzalira Jr.

- EMEB JARDIM NOVO HORIZONTE ( Creche)

Endereço:- Av. Camile Todaro, nº 2850 – Conjunto Habitacional João Mezzalira Jr.

---

#### **ESCOLAS ESTADUAIS:**

- ESCOLA ESTADUAL ALMERINDA CHAVES ( 5ª A 8ª e ensino médio)

- Grêmio Estudantil da Escola Estadual Almerinda Chaves

Endereço:- Av. José Benedito Constantino da Rosa s/nº - Parque Residencial Jundiáí

- ESCOLA ESTADUAL RESIDENCIAL JUNDIAI ( 5ª A 8ª e ensino médio)

- Grêmio Estudantil da Escola Estadual Alessandra Pezzato

Endereço:- Presbítero Manoel Antonio Dias Filho, nº 1524 – Residencial Jundiáí

---

#### **ASSISTENCIA SOCIAL:**

- CRAS – CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL

Endereço:- Av. Um, nº 561 – Conjunto Habitacional João Mezzalira Jr.

---

#### **SAÚDE:**

- UNIDADE BASICA DE SAÚDE/PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA NOVO HORIZONTE

Endereço:- Rua José Ribeiro Barbosa, nº 20 – Parque Residencial Jundiáí

---

#### **ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA**

- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES “UNIÃO DO NOVO HORIZONTE”

Endereço:- Estrada Municipal do Varjão, nº 2775 – Jardim Novo Horizonte

Presidente:- José Bessa da Silva Filho

- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM NOVO HORIZONTE

Endereço:- Estrada Municipal do Varjão, nº 1577

Presidente:- Paulo Ataíde dos Santos

- CASA DA FONTE

Endereço:- Estrada Municipal do Varjão, nº 3806 – Jardim Novo Horizonte

Mantida pela Companhia de Saneamento de Jundiaí, fundada em março de 2005, com desenvolvimento de atividades sociais a comunidade tais como:- aulas de reforço escolar, biblioteca comunitária, cursos de crochê e tricô, desenho, cabeleireiro e atividades esportivas.

---

### **Instituições não governamentais localizadas no Jardim Novo Horizonte:**

---

- CÁRITAS – CENTRO COMUNITÁRIO SÃO FRANCISCO DE ASSIS - PROJETO VIDA NOVA CARITAS DIOCESANA DE JUNDIAI

Desenvolve Oficinas de corte e costura, pintura em tecido, crochê, bordados, capoeira, curso profissionalizante de leitura e interpretação de desenho técnico entre outras. No local também tem atuação das Pastorais do Menor e da Criança.

- FUNDAÇÃO ANTONIO ANTONIETA CINTRA GORDINHO

Endereço:- Estrada Municipal do Varjão, nº 2210 – Conjunto Habitacional João Mezzalira Jr., onde são ministradas aulas de:- Reeducação Escolar de 1ª a 4ª série, dança, capoeira, Futebol. Oficinas de artesanato e educação/formação humana.

- CREN – CENTRO DE RECUPERAÇÃO EDUCACIONAL E NUTRIÇÃO

Endereço:- Salão da Paróquia Nossa Senhora Aparecida – Estrada Municipal do Varjão, nº 5600. Atendimento à Comunidade três vezes por semana.

- REDE SOCIOASSISTENCIAL JARDIM NOVO HORIZONTE

Endereço:- Centro Comunitário São Francisco de Assis – Cáritas – Jardim Novo Horizonte.

A Rede Sócio Assistencial do Jardim Novo Horizonte reúne-se mensalmente e conta com a participação do poder público e entidades governamentais e não governamentais atuantes no Jardim Novo Horizonte.

Existem várias instituições/sedes religiosas de diversas crenças, porém neste momento não foi catalogada. Dentre outras iniciativas sociais que não possuem sede:

- Coletivo Vetor Oeste – moradores que criam espaços de debate frente aos problemas da região. Contribuem com a realização de eventos e atividades socioculturais.
- Movimento dos skatistas, grafite e hip hop.

---

A organização de moradores da região (vetor oeste) também alcançou as redes virtuais, onde criam espaços de debate, reivindicações, denúncias e divulgação dos fenômenos que acontecem ou impactam no bairro, desde seus aspectos positivos aos problemas que ocorrem na região. Dentre elas existem as páginas de *blog* e *face book*: Realidade Novo Horizonte, Coletivo Veto Oeste e Blog do Edicarlos. Essas redes de atuação são atuais, mas um movimento que ocorreu na primeira década do século XXI deve ser ressaltado, a **luta pela posse da terra**.

A luta pela terra como condição necessária a reprodução da vida é uma reivindicação que teve centralidade nos movimentos de resistência tanto no campo como na cidade. Essa batalha evidencia cada vez mais os problemas nos grandes centros urbanos, entretanto não é uma realidade que denota as contradições atuais. A marca da propriedade privada da terra fundamentada no processo capitalista embute em sua gênese a expropriação e o aprofundamento da sociedade de classes de forma violenta como discutido no início do trabalho.

Dando um salto das décadas de 1970 -80, as quais em seu contexto histórico caráter de redemocratização da política nacional, definiu um tempo-espço fecundo aos movimentos sociais, para assim compreendermos na virada do século XXI a transição do que estava na pauta de reivindicações dos movimentos de resistência passa para as agendas institucionais, em políticas públicas<sup>14</sup>.

Nesse contexto, líderes locais junto a Associação União do Novo Horizonte, iniciam em 2006 a corrida para a regularização fundiária. Quando o poder público municipal toma conhecimento deste movimento, registra um documento em cartório delimitando a área do Varjão como bem imóvel municipal. O que não constrange a iniciativa da associação dos moradores, pois estavam buscando a regularização via usucapião.

Sintetizando os percursos realizados, os moradores comprovaram que as terras não pertenciam ao município, nem mesmo ao estado, pois este perdeu a posse das terras que percorriam as ferrovias falidas (parte da antiga FEPASA), devido ao crescimento da dívida com a União, a responsável pelo destino das áreas ferroviárias abandonadas. Nestes locais

---

<sup>14</sup> A exemplo formal e jurídico está a criação do Estatuto da Cidade e a própria criação do Ministério das Cidades.

foram, então previstos em projetos de lei o direcionamento o uso em habitação popular de interesse social.

Ao entrar em contato com a Secretaria do Patrimônio da União – SPU os moradores do Varjão tiveram as orientações devidas. O processo inicial de luta pela posse da terra foi através de perícia técnica para comprovar a ocupação sobre os trilhos do trem e há quanto tempo permaneciam no local. O parecer final comprovou a ocupação sobre os trilhos, e que havia a construção de casas há mais de trinta anos. Porém, as terras públicas são inalienáveis, não podem ser cedidas nem por usucapião. Diante disto a SPU orientou a solicitação da negociação entre os moradores com a União (ANEXO II – exemplo de um morador e carta da associação).

O encaminhamento foi enviado pelos moradores, porém, até hoje aguardam o retorno, considerando que já se passaram cinco anos. Atualmente, o poder municipal solicitou autorização da associação, que mesmo que saia o parecer de acordo com a regularização, que a prefeitura tenha licença para realizar o projeto de urbanização no bairro, o qual será abordado no decorrer do trabalho.

O processo de negociação das terras do Varjão pode ser analisado à luz de RIBEIRO (2012) que assinala a importância do processo de regularização fundiária de interesse social (RFIS) analisando a emergência e o acirramento das contradições intrínsecas da produção do espaço urbano da sociedade capitalista brasileira. Tanto no solo privado quanto no de bens público emergem as contradições entre uso e troca, apropriação e domínio na produção do espaço urbano. A RFIS pode se tornar o contrário, transformando-se em estratégia do Estado para controlar o conflito entre reprodução da vida e a reprodução do capital.

Assim, as contradições espaciais na cidade capitalista, contem a luta pelo espaço permanentemente, e os limites das políticas de regularização fundiária não estão apenas na aplicação equivocada da gestão ou planejamento urbano, a problemática é mais profunda, “os limites advém das contradições espaciais decorrentes da produção do espaço urbano especificamente capitalista.” (RIBEIRO, 2012:30)

## **5.2. Políticas públicas e participação popular**

O Varjão, após algumas conquistas, materializa em seu espaço instituições públicas e entidades não governamentais, porém as dificuldades ainda estão presentes. A complexidade e desigualdades da sociedade são mais profundas do que a simples estrutura física e presença de profissionais oferecendo assistência social.

As instituições no plano individual se deparam com a realidade local bastante problemática. As características de ambientes segregados socioespacialmente, como a pobreza generalizada, falta de estrutura familiar, violência, tráfico de drogas, alto índices de analfabetismo, escassez de acesso à saúde, dentre outros ainda são frequentes.

Cada instituição fazendo sua atividade, na maioria delas de caráter assistencial, percebem os limites de suas ações devido a precariedade de infraestrutura no local. Nesse sentido, surge a Rede Socioassistencial do Jardim Novo Horizonte, que reúne os representantes das organizações governamentais e não governamentais dos segmentos da assistência social, saúde e educação, habitação, movimentos, associações e lideranças comunitárias, tendo como objetivo analisar as dificuldades enfrentadas pela população local. Tais entidades apresentam encaminhamentos e articulam propostas de melhoria da qualidade de vida para a comunidade do Jardim Novo Horizonte (Varjão I, II e III), Conjunto Habitacional João Mezzalira Junior (CDHU), Parque Almerinda Chaves, Residencial Jundiá I e II, Morada dos Pássaros e adjacências<sup>15</sup>.

Ao observamos o histórico de luta entre as entidades e indivíduos que compõem a Rede, a data da primeira reunião foi dia 08 de fevereiro de 2007, como consta no livro Ata. Alguns dos elementos que mais foram incidentes na pauta das reuniões, que ocorrem mensalmente, foram:

- Saúde
- Educação- superlotação das escolas, transporte, demanda de EJA
- Nome de rua/avenida
- Lazer
- Dengue
- Drogas
- Queimada
- Atividades/festas/ações realizadas por cada entidade do local
- Zoonoses-vacinas animais
- Mapeamento-locais de risco (terreno abandonado, iluminação)

O encaminhamento e articulação das propostas diante dos desafios dos bairros que a Rede engloba como demanda, são diferentes a cada situação. Por exemplo, em alguns casos os próprios membros avançam nos desafios, já em outros momentos, caso não estiver ao

---

<sup>15</sup> Definição presente nos ofícios da Rede Socioassistencial Jardim Novo Horizonte.

alcance dos membros, é encaminhado aos órgãos responsáveis. E ainda, dependendo da complexidade da problemática é enviado convite aos representantes dos órgãos, normalmente do setor público, onde até mesmo o prefeito já esteve presente algumas vezes, para a tomada de decisão em conjunto a fim de superar os desafios locais.

Nesse sentido, a participação popular passa por uma transição, que deixa assim de ser uma reivindicação e prática frente ao alcance da democracia direta em todos os níveis, para tornar-se uma prática que interfere diretamente na produção socioespacial junto à gestão do poder público. E por outro lado, “a participação, quando conduzida adequadamente, pode alcançar objetivos ainda maiores do que a consulta à população para viabilizar ações públicas mais próximas aos seus interesses”. (SALES, 2009:3)

Afim de demonstração concreta das ações da Rede seguem dois exemplos. O primeiro remonta os caminhos percorridos que levaram à descentralização do EJA (ANEXO III), onde antes estava apenas no centro da cidade, cerca de 15 Km do Varjão (este foi o primeiro questionamento antes dos desdobramentos da presente pesquisa, descrito no ponto de partida). As entidades envolvidas na Rede levantaram um diagnóstico com seus participantes e suas famílias, da presença significativa de jovens acima de 16 anos que não possuíam o ensino fundamental e o médio completo, e com interesse em concluir os estudos. Diante vários diálogos realizados diretamente com a Secretaria de Educação, durante dois anos, finalmente em maio de 2010 as aulas iniciam na EMEB Ivo de Bona, com ensino fundamental de 6º ao 9º ano e na EMEB Cleo Nogueira, com alfabetização, infantil de 1º ao 5º ano. A modalidade de ensino médio foi negada, com a justificativa de pouca demanda.

E o segundo exemplo representa o impasse de um movimento que se arrasta desde 2008, que envolve a demanda de edifício para a instalação do PSF (Programa Saúde da Família), o qual de modo que seria provisório, tem os profissionais alocados na UBS (Unidade Básica de Saúde), que ocasionam na superlotação da UBS, o trabalho dos agentes de saúde são comprometidos por falta de espaço (ANEXO IV). E o contexto se agrava devido a defasagem de recursos humanos, pois os bairros crescem rapidamente, e o número de profissionais não acompanha tal evolução populacional.

Neste caso a morosidade do poder público não se constringe em meio à tamanha organização popular a fim de sanar problemas cruciais que condizem com os direitos básicos dos cidadãos. Não vamos entrar no debate dos interesses políticos, pois seria outra pesquisa a ser realizada.

Estes foram apenas um dos conflitos que permeiam as periferias, e que neste caso, com a organização popular presente, tenciona as forças políticas a cumprirem minimamente seu papel. Estes espaços de empoderamento local, denotam uma esperança, de ações solidárias que fortalecem alguns indícios da transformação socioespacial que caminham ao direito à cidade.

Adiante, segue uma problemática que também é discutida na Rede, a questão da habitação e da urbanização prevista pelo poder público para o Varjão, mas o debate ainda não avançou de forma participativa.

### **5.3. Os projetos urbanos e a “Urbanização Jardim Novo Horizonte”: novo horizonte a quem?**

Os projetos urbanos, para além de uma transformação local, representam a dinâmica global de reprodução do espaço, a qual se insere num contexto da crise capitalista. Os investimentos para as transformações de grande impacto nas cidades, refletem a (i)lógica da mercadificação das cidades. Ou seja, os projetos urbanos trazem à tona a necessidade dos espaços serem consumidos, valorizados e proporcionar cada vez mais lucros, para assim retroalimentar o capital.

O texto *A liberdade da cidade*, de David Harvey (2009), estabelece a relação da crise do sistema capitalista, a qual não é uma exceção e sim via de regra à dinâmica da reprodução do capital, com o capital excedente. Quando os detentores do capital acumulado encontram barreiras ou mesmo a falta de opção de investimentos que proporcionem contínua valorização do capital, instaura-se a crise. E numa argumentação que perpassou por momentos históricos, como a Paris de Haussmann e a Nova Iorque de Moses, retratou como os projetos de urbanização foram importantes para o deslocamento da crise. Os investimentos homéricos em novas configurações das cidades proporcionam um fôlego às crises, mas não as solucionam.

Neste contexto, os projetos urbanos não se realizam por si só, há vários agentes envolvidos que atuam para sua concretização, dentre eles estão os agentes privados e o Estado. Estes, ao se aliarem tornam mais eficientes os resultados e interesses, onde por um lado, a suposta superação da crise através de investimentos que possibilitam a reprodução da acumulação, e por outro lado o domínio espacial e controle social com o aprofundamento de espaços diferenciados para as classes, a segregação sócioespacial.



A relação do Estado com instituições privadas são reforçadas através das PPPs (Parcerias Público-Privado) que denotam e acarretam ao mesmo tempo o enfraquecimento do Estado, em conjunto, o aprofundamento das políticas neoliberais, que corroboram com a concentração do poder e da riqueza em poucos agentes. Entretanto, há um movimento contraditoriamente paralelo, o discurso da democracia e governança, onde há abertura de espaços oficiais para a participação popular, os quais permitem a exposição dos conflitos. Ressalta-se, há a possibilidade de conflito, porém o poder decisório ainda está ao deleite de poucos.

Acima pontuamos a esfera oficial da participação popular, e como exemplo, há as audiências públicas, às quais revelam uma escala de poder de mudança ínfima por parte da população. Pois, o que está sendo debatido nestas audiências públicas acaba sendo executado ao interesse da minoria que possui o poder de decisão. Por outro lado, não estabelecido oficialmente como as audiências, existe a ação popular, como as manifestações e protestos da população segregada e espoliada que vai às ruas reivindicar pelo acesso a seus direitos.

As contradições estão postas como inerência da reprodução do sistema capitalista. E um elemento fundamental à existência e manutenção de tal sistema é a propriedade privada da terra (sem falar da apropriação por poucos dos meios de produção). A partir do momento em que a terra passa a ser um bem privado o valor de uso da terra é constrangido pelo valor de troca, como analisado no capítulo 3. *Urbanização*. E a realização da vida dos que foram/são expropriados da terra está cada vez mais sendo precarizada.

Nesse sentido, a autora Ana Fani A. Carlos (2001:67) aborda a produção do espaço, enquanto produção social, vinculado ao processo de valorização do valor, onde atualmente,

... a existência generalizada da propriedade privada reorienta e organiza o uso do lugar. Momento também em que o espaço-mercadoria se propõe para a sociedade enquanto valor de troca destituindo-se de seu valor de uso e, nessa condição, subjugando o uso, que é condição e meio da realização da vida social, às necessidades da reprodução da acumulação como imposição para a reprodução social. É exatamente nesse momento que a extensão da propriedade se realiza plenamente, ganhando novos contornos, através da produção do espaço enquanto mercadoria e produzindo novas contradições. Neste período da história, realiza-se socialmente, por meio da apropriação privada, a lógica do valor de troca sobre o valor de uso que está no fundamento dos conflitos tanto no campo quanto na cidade.

Diante deste contexto, os conflitos urbanos têm em seu alicerce a sobreposição do valor de troca ao valor de uso. Porém, ao considerar que a produção do espaço está sob a determinação da sociedade mercadológica, esta por sua vez, cada vez mais está atrelada em relações e interdependências globais. Neste contexto, retomando a produção do espaço das

cidades brasileiras, desde sua colonização se insere de forma periférica, a qual historicamente é constrangida aos moldes de produção e consumo de mercadorias dos países centrais. E no mesmo sentido, podemos perceber que os Projetos Urbanos seguem esta lógica, onde os planejamentos, planos estratégicos, programas e políticas públicas urbanas: tornam a cidade numa mercadoria e seguem modelos ditos pelos países ‘desenvolvidos’.

Nesse debate, inserimos o caso da “Urbanização Jardim Novo Horizonte”, um projeto municipal em parceria com o governo federal, através do programa de financiamento de moradias populares, “Minha Casa Minha Vida”, e com o governo estadual através de recursos da “Casa Paulista” e, em contrapartida municipal a doação de terreno, localizado em área denominada Jundiáí L, em Zona Especial de Interesse Social – ZEIS (FIGURA 13), e equipe técnica da Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS e da Secretaria de Obras. As PPPs se realizam com as empresas concessionadas Zênite, responsável pelo projeto, a Engelux para a construção e ainda falta a empresa que fará o cadastramento das famílias que residem no Varjão, a qual está em processo de licitação.

Em entrevista com técnicos da FUMAS<sup>16</sup>, afirmaram que o projeto de urbanização é de grande dimensão, e será realizado em etapas. A etapa inicial será um primeiro desadensamento, voltado para abertura de vias, onde haverá a demolição de casa para dar lugar às ruas. Em conjunto, serão construídos condomínios de apartamentos de 50 m<sup>2</sup>. No total, serão construídos 1088 apartamentos, onde 50% destinados aos moradores desapropriados no processo de desadensamento, e a outra metade para atender a demanda municipal, prioritariamente daqueles que recebem o auxílio aluguel.

Neste momento, foi questionado quanto a participação dos moradores sobre a decisão das áreas que serão afetadas. Os funcionários da fundação responderam que esta etapa envolve mais os técnicos, pois o parâmetro para a desapropriação será “físico”, que são as moradias em Áreas de Preservação Ambiental; nas Faixas de Servidão (60m) - são áreas sobre as quais passam as linhas de transmissão de energia elétrica da CESP, determinadas para preservar a segurança das pessoas e prevenir problemas com as linhas; e aquelas que estiverem nos traçado das ruas, segundo os padrões de medidas dos quarteirões. Neste último, a assistente social falou que foi a campo com outro profissional da FUMAS e fizeram algumas adequações, para que retirassem as casas mais precárias.

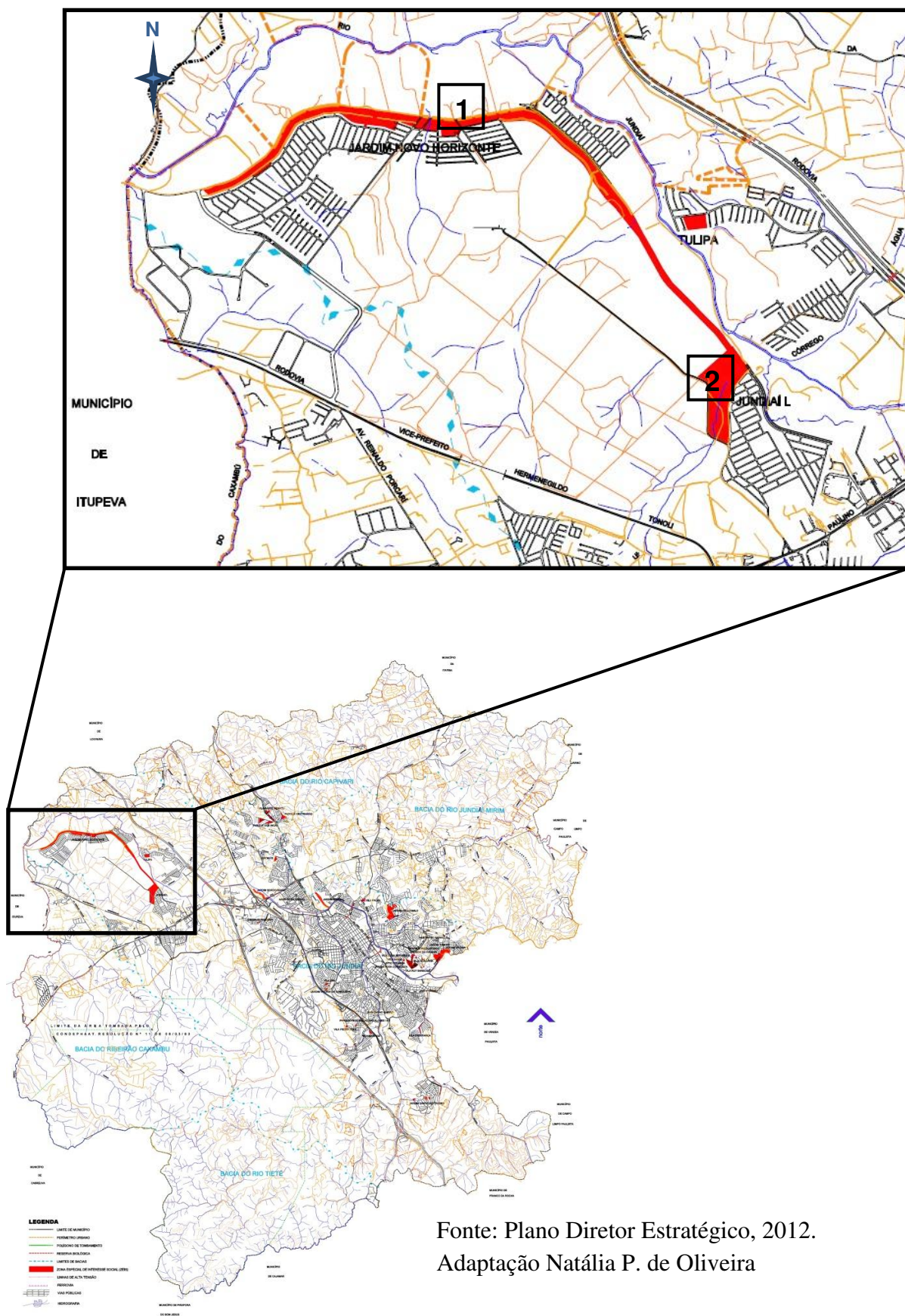
---

<sup>16</sup> Descrita no Diário de Campo.

Figura 13. Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), Oeste de Jundiaí – SP

1. Jardim Novo Horizonte

2. Jundiaí L



Fonte: Plano Diretor Estratégico, 2012.  
Adaptação Natália P. de Oliveira

As demais etapas da urbanização, segundo os técnicos da FUMAS, envolvem a regularização fundiária, neste processo de regularização os terrenos devem se enquadrar no padrão mínimo de metragem de imóveis, o que resultará na segunda fase de desadensamento, pois no Varjão existem várias moradias dentro da metragem mínima de 1 terreno. Para essa etapa não indicaram aonde iriam as famílias, também não entraram em detalhes quanto ao percurso jurídico, uma vez que as terras pertencem a União.

O Técnico Antonio ressaltou que é um projeto de longo prazo, denotando que a área é um dos vetores de expansão urbana da cidade, e conseqüentemente será valorizada. Na mesma área que serão construídos os condomínios de apartamentos, já está previsto áreas que futuramente serão o centro comercial e de serviços do Vetor Oeste, como supermercado, farmácia, duas instituições de ensino (creche e ensino básico infantil), posto de saúde, área de lazer e um terminal de ônibus, entre outros aparatos urbanos. E outro plano municipal que abarca áreas do bairro, é a construção de uma ciclovia, que pretende ligar os municípios de Itupeva, Jundiaí e Várzea Paulista.

Assim, acreditamos que o modelo do “Projeto Urbanização Novo Horizonte” em sua amplitude, acompanha o movimento de reprodução do capital, através dos investimentos no setor imobiliário e construção civil concessionados por recursos públicos e estabelecidos como “receitas” advindas de cima, aplicadas de forma imperativa, sem levar em conta as necessidades e características particulares da população que ali reside. Isso se revela na resistência e conflitos existentes frente ao “Projeto Urbanização Novo Horizonte”, os quais então descritos em passagens do Diário de Campo, dentre alguns a constante solicitação da presença dos técnicos da FUMAS para esclarecer o projeto, pois será uma transformação profunda na vida dos moradores.

Podemos assim, compreender que o espaço passa por uma transição, de meio à condição geral da acumulação na conjuntura atual, destarte a produção do espaço se realiza

“como momento fundamental do processo de reprodução do capital”. (...) Ocorre que não se trata apenas de produzir o novo, de estender fisicamente a produção de novos valores, mas de reproduzi-los num novo patamar. Neste processo, o momento da desvalorização se coloca como chave para potencializar os novos investimentos. A outra (mesma) face deste processo é a expropriação. (ALVAREZ, 2013, p.5)

Essa linha de raciocínio pode ser aplicada a realidade do Varjão, um espaço desvalorizado (favela) que será alvo da implementação de um projeto de urbanização, que gera a valorização da área. A especulação é tamanha, que o projeto ainda estando em vias de planejamento, já interfere nos preços dos aluguéis e mesmo de venda de barracos e casas, os quais já indicam aumento. Outro elemento, segundo os moradores do Varjão e dos bairros

vizinhos, que tem gerado o aumento nos valores dos aluguéis naquela região da cidade é a expansão das indústrias, que atrai trabalhadores de outros municípios.

A urbanização aparece como resposta e meio de garantir o processo de reprodução, não de forma inédita, pois já se realizou em outros momentos históricos, em cada tempo com sua configuração e conjuntura distinta. O que se mantém é o discurso ilusoriamente neutro, não-político e de uma racionalidade limitada e tendenciosa: o *urbanismo*, como prática espacial com o poder de eliminar os problemas urbanos. (LEFEBVRE, 2004)

Este urbanismo se apresenta, sobretudo, com caráter funcionalista, regulador do espaço e embate contra a queda tendencial do lucro. Assim, não elimina os problemas urbanos, apenas o transfere de lugar. A “Urbanização Jardim Novo Horizonte” segue essa tendência, onde as contradições sociais não são questionadas, tampouco levadas em conta, pois se remodelar os traçados do bairro transformando-a num bairro, não muda apenas sua estrutura, mas todo o modo de vida.

Ainda não podemos analisar a população que será remanejada aos apartamentos, no sentido de quantas famílias permanecerão e quantas darão evasão por falta de adaptação aos novos padrões socioeconômicos, pois o projeto de urbanização ainda não se materializou. Suas obras devem iniciar no segundo semestre de 2014. E não podemos neste trabalho supor meras “previsões”, e sim nos fundamentar em fatos concretos. E o que se sabe é que tanto as famílias realocadas aos apartamentos, bem como aqueles que permanecerem no Varjão com seus terrenos regularizados e casas cadastradas, terão o custo de vida maior, devido à inclusão de impostos e tarifas antes não pagas. Sem falar das famílias que criam e cultivam produtos para a subsistência, ou àquelas que necessitam de áreas para armazenar produtos recicláveis, pois a fonte de renda vem da coleta de materiais descartados.

Diante do que se tem colocado das formas do projeto de urbanização no Varjão, segue o movimento que desconsidera as características sociais e históricas locais. Nesse sentido, entendendo o espaço urbano como produto social e histórico, de acordo com César Simoni Santos,

Estamos diante de um processo de negação das possibilidades de produção social do espaço que não seja produção alienada, negação das possibilidades de apropriação e uso que não seja reduzida à relação de propriedade pressuposta pela realização do valor (de troca). Dessa forma, com força de realidade, a representação ideológica do espaço enquanto um continente vazio parece sustentar e realizar a cidade como palco das ações do capital e do Estado; o esvaziamento do espaço de seus conteúdos históricos e sociais é o pressuposto para a liberação de velhos territórios para novos investimentos. (SANTOS, 2006, p. 120)

Daí então, se criam constantemente “novos” territórios para a acumulação primitiva do espaço. Ideia que coloca o espaço social subjulgado ao valor de troca, que estabelece o conflito entre o capital e o Estado inserindo os habitantes de forma periférica. E essa mesma periferia, onde a população é obrigada a se apropriar, tem como possibilidade a futura apropriação dos agentes hegemônicos para reproduzir o capital, assim Santos conclui,

a elaboração de periferias no interior dos territórios urbanos representa a reprodução de territórios-reserva, e sua posterior liberação para investimentos futuros do imobiliário pressupõe a aniquilação de sua história e conteúdos sociais anteriores, preparados para um novo ciclo de valorização. É por isso que, para Francisco de Oliveira, “quando esse capitalismo *crece por elaboração de periferias*, a acumulação primitiva é estrutural e não apenas genética”. (2006:121)

Nesse sentido, a geração de periferia não aparece como consequência, mas como a forma de inserção na totalidade da produção do espaço, num plano simultâneo. Esta simultaneidade possibilita a compreensão das desigualdades socioespaciais de forma que extrapole a visão de contraposição ou evolução da periferia *versus* centro; subdesenvolvido *versus* desenvolvido; pobreza *versus* riqueza. E sim, entender essas “dualidades” como coexistências, necessária à reprodução do modo de produção, bem como da divisão internacional do trabalho.

Diante do exposto podemos compreender que a “Urbanização Jardim Novo Horizonte” ao ser implementada da forma que está idealizada, será mais um modelo de urbanismo que segue as lógicas de modernização hegemônica. Configurando claramente um “novo horizonte” cooptado pelo processo de reprodução capitalista. E a consequência desta usurpação do espaço é bem conhecida, assim como Engels notou, “*uma favela é varrida daqui para reaparecer noutra lugar qualquer. Se nos opomos ao nosso estado corrente, então o único caminho radical adiante é confrontar os processos básicos que geram esse estado*”. Este autor nos permite desdobrar em muitos caminhos, dentre eles, podemos seguir aquele que desvie desta (i)lógica materializada nos planos urbanísticos. Um caminho que exige enfrentamento às imposições dadas na implementação dos projetos sem a participação daqueles que habitam a cidade. E tal enfrentamento, pode se realizar quando há um movimento organizado daqueles que são afetados cotidianamente pela espoliação urbana. (ENGELS *apud* HARVEY, 2009, p. 9)

## 6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou apresentar o campo de batalhas que se revelam nas cidades. Onde as iniciativas populares estão gradativamente empoderando-se em busca do direito à cidade. Em especial, quanto ao espaço concreto do urbano, ou seja, aquele que se materializa pelo valor de uso. Mas sem cair em reducionismos, pois, a chegada de equipamentos urbanos, ainda que se insira para cumprir a função de uso aos habitantes, gera inerentemente diante do movimento global de *mercadificação* das coisas, a valorização da área.

Assim entendemos que mesmo diante das intensas atividades desenvolvidas nas entidades do bairro, das ações da Rede Socioassistencial e do Coletivo Vetor Oeste, das militâncias dos líderes locais, em suma, de toda rede de empoderamento local, outros fatores de um contexto macro são elementares para a concretização mínima do habitar com dignidade. Ou seja, o avanço da questão habitacional e o enfrentamento dos limites socioeconômicos requerem ações muito além de bons projetos arquitetônicos e urbanísticos participativos, de assistência social atuante e da presença de aparatos urbanos e dos bens coletivos. Em conjunto às políticas de habitação e urbanização, outros fatores devem ser regulamentados pelo poder público, como o preço da terra, para que esta possa cumprir sua função social, e a distribuição de renda mais igualitária. Este último, aparece no sentido do trabalhador ter em seu salário o valor justo da venda da força do seu trabalho, que no valor líquido, esteja embutido os gastos da aquisição da moradia, que é um bem primordial à reprodução social.

As questões que envolvem estabelecimento de preço e salário nos parecem distantes e impassíveis de mudarem. É nesse sentido que esta pesquisa se coloca como parte do movimento de tensão em expor aspectos perversos que a sociedade vem se constituindo, e que a mudança estrutural se faz necessária.

A escolha metodológica que envolveu a imersão na comunidade possibilitou a reflexão dialética, a construção e desconstrução contínua de pensamentos até alcançar a materialização da pesquisa. Acreditamos ainda, que embora não se tenha uma obra acaba, pois, além da realidade estar em constantes transformações e contradições, a possibilidade de aprofundar o debate é imanente.

Nesse sentido, esta vivência, experiência, pesquisa, trabalho, “viagem” por estações, possibilitaram o levantamento e análise de dados, mas, sobretudo buscou conhecer, questionar e contribuir para a visibilidade de espaços e sujeitos ocultados. O caminho segue, podendo-se revisitar as *estações* já percorridas e o desbravamento de novas *estações* para o melhor entendimento e contribuição fecunda às demandas socioespaciais que condizem com as

necessidades e desejos dos que habitam os lugares. Por fim, até o momento, acompanhando as experiências empíricas do trabalho, não há um o ponto de chegada, pois ainda se encontra em movimento e construção em conjunto à comunidade do Varjão.



## 7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Janaína Valéria da Silva; SILVA, Glória de Fátima Rodrigues da. **Histórico da formação do Varjão**. Trabalho do curso de Agente de Desenvolvimento Local do Jardim Novo Horizonte, SENAC - Jundiaí, 2010.

ALVAREZ, Isabel Aparecida Pinto. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. *In*: VASCONCELOS, Pedro et al. **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 63-123

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re) Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 2008.

CASTRO, Iná Elias de *et al.* **Espaços da democracia: para a agenda da geografia política contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Faperj, 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989. p. 217-251.

Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. – EEMPLASA. Disponível em: <http://www.emplasa.sp.gov.br/emplasa/> Acesso em: 02.jun.2014.

Fundação Antonio Antonieta Cintra Gordinho – FAACG. **História da Fazenda Ermida**. Disponível em: <[www.faacg.org.br/web/?page\\_id=550](http://www.faacg.org.br/web/?page_id=550)> Acesso em: 10.jun.2014.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 129-191.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. **GEOUSP-Espaço e Tempo**, São Paulo, n.26, p. 9-17, 2009.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados>> Acesso em: 08.ago.2013a.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Jundiaí. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: 30.out.2013b.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004\\_2008/](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004_2008/)> Acesso em: 12.ago.2013c.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, Lucio. **Escritos urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

LEFEBVRE, Henri. A ilusão urbanística. *In*: LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2013.

LEFEBVRE, Henri. O espaço social. *In*: LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Disponível em: <[http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq\\_interface/1a\\_aula/A\\_producao\\_do\\_espaco.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf)> Acesso em: 20.mar.2014. (Primeira versão: início fev. 2006)

LEVY, Dan Rodrigues. Uma tentativa de emancipação social na favela: breve análise da primeira etapa do projeto habitacional e urbanístico da Vila da Barca, Belém-Pa. **Série Comunicações** – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra FEUC, Coimbra, p.1-18, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia do Capitalismo: ilegalidade, desigualdade e Violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MARQUES, Juliano Ricardo. **Jundiaí, um impasse regional** - o papel do município de Jundiaí entre duas regiões metropolitanas: Campinas e São Paulo. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, 2008.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I, Tomo I, Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Cap. I, II e III) (p. 153-252 em arquivo PDF)

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I, Tomo II, Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Cap. XXIV) (p. 339-381 em arquivo PDF)

OLIVEIRA, Margarete Rodrigues Neves. **Associativismo e produção espacial em Salvador-Ba**: uma discussão sobre solidariedade, justiça social e democracia no Brasil contemporâneo a partir da produção espacial por novos personagens urbanos. Disponível em: <<http://www.ourinhos.unesp.br/seer/index.php/geografiaepesquisa/article/view/104/38>> Acesso em: 08.nov.2013

PAULA, Amir Hakim de. São Paulo no limiar do século XX: o operariado enquanto subvertedor da “ordem” espacial. *In: Revista Cidades* (Grupo de Estudos Urbanos), Presidente Prudente (SP), vol.9, n.15, p. 233-258, jan./jul., 2012.

PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO, Município de Jundiaí. LEI Nº 7.857 de 18 de maio de 2012.

PONTES, Alceu Toledo. **Jundiaí**. São Paulo: Edições Comemorativas, 1975.

Prefeitura Municipal de Jundiaí – PMJ. **História da cidade**. Disponível em: [http://cidade.jundiai.sp.gov.br/pmjsite/portal.nsf/V03.02/cidade\\_historia?OpenDocument](http://cidade.jundiai.sp.gov.br/pmjsite/portal.nsf/V03.02/cidade_historia?OpenDocument). Acesso em: 10.out.2013

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. **A luta pelo espaço**: da segurança da posse à política de regularização. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2012.

SALES, Débora de Lima Nunes. **A participação popular como aprendizagem de cidadania** : pesquisa-ação em bairro periférico de Salvador. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 8, Florianópolis, 2009.

SANTOS, César Ricardo Simoni. Dos negócios na cidade à cidade como negócio: uma nova sorte de acumulação primitiva do espaço. São Paulo: **Cidades**, v. 3, n. 5, 2006, p. 101-122.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton; Silveira, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

SAQUET, Marcos Aurelio (Org.). **Estudos territoriais na ciência geográfica**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SILVA, José, Borzachiello da. Geografia urbana: uma agenda nacional. *In: Revista Cidades* (Grupo de Estudos Urbanos), Presidente Prudente (SP), vol.7, n.12, p. 191-206, jul./dez., 2010.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. p. 9-28/115-152.

SIGNER, Paul. Evolução da economia e vinculação internacional. *In: SACHS, Ignacy (Org.). Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 183-313

SOUZA, Marcelo Lopes de. A geografia, o pensamento, e a práxis libertários e a cidade: encontros, desencontros e reencontros. *In: Revista Cidades* (Grupo de Estudos Urbanos), Presidente Prudente (SP), vol.9, n.15, p. 9-58, jan./jul., 2012a.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Autogestão, “autoplanejamento”, autonomia: atualidade e dificuldades das práticas espaciais libertárias dos movimentos urbanos. *In: Revista Cidades* (Grupo de Estudos Urbanos), Presidente Prudente (SP), vol.9, n.15, p. 59-94, jan./jul., 2012.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2000. (Coleção: Repensando a Geografia)

VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia; HARVEY, David *et al.* **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

VALDERRAMA, Berna Valentina Bruit, et al. **O caso da Fazenda Ermida em Jundiá [SP]: contribuição do café na configuração da paisagem cultural**. Campinas: Revista Labor & Engenho, v.2, n.1, p.52-61, 2008. Disponível em: <[www.labore.fec.unicamp.br](http://www.labore.fec.unicamp.br)> Acesso em: maio/2014.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDE, Silavana Maria. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p.17-37

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

## 8- ANEXOS

### Anexo I

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

DECRETO Nº 10.580 DE 6 DE MARÇO DE 1989

WALHOR BARBOSA MARTINS, Prefeito do Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a expansão dos núcleos de favelas já existentes dificulta a urbanização das áreas e a exata delimitação geográfica das moradias, caminhos e passagens pedestres;

CONSIDERANDO, ainda, que as graves denúncias de comercialização e locação de barracos desnaturam o próprio uso da terra

#### DECRETA:

Artigo 1º - Ficam delimitadas as atuais áreas públicas ocupadas por barracos, sendo proibida a expansão dos núcleos de favelas ora existentes.

Parágrafo único - A Prefeitura Municipal, através da Fundação Municipal de Ação Social - FUMAS-, cadastrará os moradores, estabelecendo prioridades de acordo com a condição sócio-econômica de cada um.

Artigo 2º - Fica proibida a comercialização e locação de barracos, compra, venda ou aluguel a qualquer título sujeitando-se o responsável às penalidades previstas em lei.

Artigo 3º - A Fundação Municipal de Ação Social - FUMAS, - coordenará a fiscalização sobre os núcleos de favelas, com a colaboração da Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Serviços Públicos, Guarda Municipal e das Sociedades Amigos de Bairros, garantindo o fiel cumprimento do disposto neste Decreto.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(WALHOR BARBOSA MARTINS)

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiaí, por seis dias do mês de março de mil novecentos e oitenta e nove.

(TARCÍSIO GERHARD DE LEMOS)


Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

mabp

100.3

SM.

## Anexo II a

		<b>Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão</b> <b>Secretaria do Patrimônio da União</b> <b>Superintendência do Patrimônio da União no Estado de São Paulo</b> <b>Núcleo de Atendimento ao Público – NAP</b>		<b>REQUERIMENTOS DIVERSOS</b>	
Missão da SPU: <i>Conhecer, zelar e garantir que cada imóvel da União cumpra sua função socioambiental, em harmonia com a função arrecadadora, em apoio aos programas estratégicos para a nação.</i>				MP / SPU <div style="background-color: black; width: 100px; height: 15px; margin-bottom: 5px;"></div> 09/12/2009	
Número do processo			RIP		
<b>1. MOTIVO DO REQUERIMENTO</b>					
1 ( ) Vistas e/ou cópia do processo		2 ( ) Certidão de Domínio – Vide informação 3			
3 ( ) Certidão de Remição do Aloramento		4 ( ) Juntada de documentos ( ) (especificar)			
5 ( ) Substituição de documentos (justificar)		6 ( ) Alocação de créditos			
7 ( ) Cancelamento de Inscrição em Dívida Ativa (DAU) e/ou no Cadastro de Inadimplentes (CADIN) – Vide informação 4					
8 ( ) Cancelamento de cobrança por Inexigibilidade / Decadência / Prescrição (justificar no campo 2 e apresentar notificação da cobrança)					
9 (X) Outros (especificar)					
<b>2. JUSTIFICATIVA DO REQUERIMENTO</b>					
Detalhar, clara e sucintamente, o motivo do requerimento  <i>Venho por meio desta solicitar alienação de um imóvel que se encontra dentro da área que pertence a União, por instigação do parecer técnico do Ministério dos Transportes, diante do exposto, solicito esclarecimentos para futura regularização cadastral.</i>					
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; display: inline-block;"> <b>PROTOCOLO GRPU/SP</b>            04 DEZ 2009  <i>Aníla</i>  <b>VISTO</b> </div>					
<b>3. REQUERENTE</b>					
Nome completo <div style="background-color: black; width: 200px; height: 15px; display: inline-block;"></div>					
RG (Identidade) e Órgão Expedidor <div style="background-color: black; width: 150px; height: 15px; display: inline-block;"></div>		Nacionalidade <i>Brasileira</i>		CPF/CNPJ <div style="background-color: black; width: 100px; height: 15px; display: inline-block;"></div>	
Endereço completo <i>Entrada do Varjão</i>					NP <div style="background-color: black; width: 50px; height: 15px; display: inline-block;"></div>
Complemento			Bairro/Distrito <i>Jd. Novo Horizonte</i>		
Município <i>Jundiaí</i>			UF <i>SP</i>	CEP <div style="background-color: black; width: 100px; height: 15px; display: inline-block;"></div>	
Endereço Eletrônico (E-mail)			Telefones com DDD		
<b>4. REPRESENTANTE LEGAL</b>					
Nome completo					
Documento de Identificação/Órg. Exp.		Nacionalidade		CPF/CNPJ	
Endereço Eletrônico (E-mail)			Telefones com DDD		

## Anexo II b

<b>5. ENDEREÇO DO IMÓVEL</b>			
Endereço completo <i>Entrada do Jardim</i>			Nº [REDACTED]
Complemento		Bairro/Distrito <i>Jd. novo Horizonte</i>	
Município <i>Jundiaí</i>	UF <i>SP</i>	CEP [REDACTED]	
<b>6. ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA</b>			
Endereço completo [REDACTED]			Nº [REDACTED]
Complemento ou nº de Caixa Postal		Bairro/Distrito	
Município	UF	CEP	

Declaro, sob pena da lei, que as informações prestadas e os documentos apresentados são verdadeiros.

Local <i>Jão Paulo</i>	Data <i>04/12/2009</i>	Assinatura do Requerente ou Representante legal [REDACTED]
---------------------------	---------------------------	---

### INFORMAÇÕES:

1. Este formulário deve ser preenchido com letra legível, sem rasuras, datado e assinado.
2. Todos os documentos devem ser entregues com cópias autenticadas ou acompanhados dos originais.
3. Caso o motivo do Requerimento seja **Certidão de Domínio**, apresentar: Planta de situação do imóvel e Certidão do Registro de Imóveis ou Escritura do imóvel.
4. Se o motivo é o **Cancelamento de Inscrição em Dívida Ativa (DAU)** e/ou no **Cadastro de Inadimplentes (CADIN)** apresentar documento(s) que fundamente(m) o pedido.

### CONFERÊNCIA:

<b>Requerente</b>		
<b>Pessoa Física</b>	RG (Identidade)	
	CPF (Cadastro de Pessoa Física)	
<b>Pessoa Jurídica</b>	CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas)	
<b>Quando espólio</b>	RG do Inventariante	
	CPF do Inventariante	
	Termo de Compromisso do Inventariante	
<b>Quando representado</b>	Procuração com firma reconhecida	
	Documento de Identificação do procurador	
	CPF do procurador	
<b>Se estrangeiro</b>	Documento que comprove a nacionalidade. Se Português, apresentar Termo de Equiparação	
	CPF (Cadastro de Pessoa Física) ou CNPJ, se Pessoa Jurídica	

A documentação assinalada acima foi recebida e conferida, totalizando \_\_\_\_\_ folhas, que serão anexadas ao processo correspondente.

Local	Data	Assinatura/Carimbo do Servidor

### BASE LEGAL:

Decreto-Lei 9.760/1946, Lei 6.015/1973, Decreto-Lei 1.561/1977, Decreto-Lei 2.398/1987, Lei 9.051/1995, Lei 9.636/1998, Lei 9.821/1999, Portaria 25/1999, Decreto 3.725/2001, ON/SPU/GEARP 002/2001, Portaria 08/2001, Lei 10.522/2002 e ON/SPU/GEARP 006/2002.

Anexo II c



**UNIÃO DO NOVO  
HORIZONTE**

Associação de Moradores  
União do Novo Horizonte:  
Sede Estrada Municipal do Varjão,  
2775 - Jardim Novo Horizonte II  
Jundiaí - SP - CEP: 13212-590

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES UNIÃO DO NOVO HORIZONTE  
CNPJ - 09.721.728/0001-87

Jundiaí 03 de janeiro de 2010

Carta para a Superintendência do Patrimônio da União.

Associação do Novo Horizonte, na presidência o Sr. José Bessa Silva Filho.

Vem por meio desta comunicar que a associação junto com os moradores, esta interessado em comprar os terrenos, que pertencem a União localizada na linha férrea do ramal Sorocabana em Jundiaí, área hoje onde esta localizada o bairro Novo Horizonte, que esta habitada por 2.550 famílias sendo que 1.300 moram na linha férrea, em uma extensão de 8 quilometro e o bairro é Jardim Novo Horizonte e todas casas são de alvenaria sabendo que a prefeitura de Jundiaí tem intereçe em comprar esta área para tirar os moradores, mas a associação acha que a prioridade é dos moradores.

Em 2006 (dois mil e seis) fomos buscar na justiça o direito de posse da terra através do usucapião segundo o parecer técnico fornecido pela casa civil e o Ministério dos transportes e o ministério publico Federal de Campinas, para os juizes da 6º vara federal, o processo do morador Euclides Rodrigues de nº13337/07 e no 13-012 776 .

O parecer foi que, os moradores não tem direito da posse e da terra mais, sim o direito de negociar a compra de terra, por isso queremos saber se há esta possibilidade, e se for possível, aguardamos resposta, sobre valores e condições de pagamento.

Desde já agradecemos.

Tel:4492-6536



Assinado o presidente  
José Bessa Silva Filho

Sede: Estrada do Varjão, 2775 - Jardim Novo Horizonte II  
Cep: 13212-590 - Jundiaí - SP



## **Anexo IIIa**

CMEJA “Prof. Dr. André Franco Montoro”  
A/C Sra. Kátia

Os representantes das organizações governamentais e não governamentais, abaixo relacionados, atuantes no Jd. Novo Horizonte formam a Rede Sócio Assistencial Jd. Novo Horizonte, que tem por objetivo analisar as dificuldades enfrentadas pela população local, apresentar e articular propostas melhoria da qualidade de vida da comunidade.

A rede diagnosticou que existe um número considerável de pessoas, acima dos 16 anos que não possuem o ensino fundamental e o médio completo e realizou uma pesquisa de interesse de completar os estudos.

Nos meses de abril e maio de 2.008, foram pesquisados as famílias dos alunos das Escolas Municipais EMEB Cleo Nogueira, EMEB Ivo de Bona e EEPG Fazenda Grande, e das famílias participantes do Projeto Vida Nova – Cáritas Diocesana de Jundiaí, Casa da Fonte – Companhia de Saneamento de Jundiaí e Fundação A. A. Cintra Gordinho.

Segue em anexo a pesquisa, com os resultados quantitativos que demonstram a necessidade da instalação do EJA – Ensino de Jovens e Adultos, no bairro, descentralizado do curso da Argos, visto que o bairro do Jd. Novo Horizonte, Pq. Almerinda Chaves e Residencial Jundiaí estão afastados do centro da cidade, cerca de 1h30 de ônibus, e a dificuldade financeira para a aquisição de passe.

A possibilidade de completarem principalmente o ensino fundamental e, futuramente o ensino médio, possibilita a melhora da situação cultural individual e das famílias e propicia uma chance maior para a inserção no mercado de trabalho e inclusão social.

**Para a implantação do EJA no bairro as organizações integrantes da rede apresentam as seguintes sugestões:**

- EEPG Cleo Nogueira – com 4 (quatro) salas no período noturno e, a possibilidade de 1 (uma) sala no período da tarde após o término da reforma previsto para junho/09.
- Centro Comunitário São Francisco de Assis - não possui salas de aula, porém disponibiliza no período da tarde ou manhã um espaço no refeitório, até o término da reforma da escola Cleo Nogueira.
- *Sugestão da Rede:* utilizar um dos dois Centros Comunitários no Núcleo Habitacional do CDHU – Jd. Novo Horizonte, que

## **Anexo IIIb**

estão desativados (não sabemos o motivo) – sendo que a informação disponível é que um deles está destinado para a secretaria da Cultura e do Esporte.

**Para o curso de Inglês as organizações que aceitam formar parceria são:**

- EEPG Cleo Nogueira – período noturno
- *Sugestão da Rede:* Centro Comunitário do Núcleo Habitacional do CDHU
- Casa da Fonte – sala de aula  
Horários disponíveis: *segunda das 13h00 às 15h00, na quarta no período da manhã ou tarde (09h00 às 12h00 ou 13h00 às 17h00) e na quinta das 15h30 às 17h00*
- Associação Acolhimento Bom Pastor – sala e uma pequena casa  
Horários disponíveis: segundas e quintas-feiras o dia todo

**Para o curso de Informática as organizações que aceitam formar parceria são:**

- Associação Acolhimento Bom Pastor – já possuem um curso de informática, porém com computadores ultrapassados e um voluntário às terças e quartas feiras, podendo ser ampliado.
- *Sugestão da Rede:* Centro Comunitário do Núcleo Habitacional do CDHU

Obs. os Centros comunitários do CDHU foram sugestões, porém não temos contato com os administradores, sendo assim apresentamos como possibilidade de local a ser avaliado pela secretaria.

### **Interesse em cursos complementares: Informática e Inglês**

Sobre interesse em curso de informática os membros da rede se manifestaram que há interesse. Segundo informações o Núcleo da Fundação Antonio Antonieta Cintra Gordinho tem uma lista de espera de 220 nomes de moradores do Jd. Novo Horizonte II e conjunto Habitacional do CDHU. Segundo também informações dos técnicos do CRAS os usuários do ACESSA Jundiáí que frequentam o local solicitam curso de informática. Ocorre também procura na Associação Bom Pastor e nas outras instituições.

Referente ao curso de Inglês a manifestação também é positiva, porém acredita-se que o curso de inglês será de interesse dos adolescentes.

Exposto as intenções da rede sócio assistencial, reforçamos que a principal reivindicação é a implantação do EJA da 5ª a 8ª série e, que todas

### **Anexo IIIc**

as propostas serão bem vindas para a melhoria da qualidade de vida desta população.

Agradecemos e colocamo-nos a disposição para visitas aos locais indicados e quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Jundiaí, 24 de março de 2.009

#### ***Rede Sócio assistencial Jd. Novo Horizonte:***

**Órgãos públicos:** Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, SEMIS, EMB Cleo Nogueira, EMEB Ivo de Bona e E.E. Pq. Almerinda Chaves, Escolas do Traviu, do bairro do Poste e da Fazenda Grande, Unidade Básica de Saúde do Pq. Almerinda Chaves.

**Entidades assistenciais:** Associação Bom Pastor, Cáritas Diocesana de Jundiaí, CREEN – Centro de Recuperação e Nutrição, Fundação Antonio Antonieta Cintra Gordinho, Pastoral da Criança e Pastoral do Menor, Paróquia Nossa Sra. Aparecida.

**Empresa Privada/ responsabilidade social:** Casa da Fonte/Companhia de Saneamento de Jundiaí.

## Anexo IVa

Recebi  
Gerson Vilhena  
21/5/2014

Jundiaí, 08 de maio de 2014

### Ilustríssimo Senhor Secretário

A Rede socioassistencial do Jardim Novo Horizonte, formada por representantes de organizações governamentais e não governamentais dos seguimentos da assistência social, saúde, educação, habitação, movimentos, associações e lideranças comunitárias, tem por objetivo analisar as dificuldades enfrentadas pela população local, apresentar encaminhamentos e articular propostas de melhoria da qualidade de vida para a comunidade do Jardim Novo Horizonte (Varjão I II III), Conjunto Habitacional João Mezzalira Junior, Parque Almerinda Chaves, Residencial Jundiaí I e II, Morada dos Pássaros e adjacências.

Os membros da rede reúnem-se mensalmente em um grande fórum e, de acordo com as demandas identificadas, organizam Grupos de Trabalho que analisam a problemática, apresentam propostas ao conjunto da rede e fazem os encaminhamentos aprovados.

A Rede socioassistencial vem refletindo sobre as questões do atendimento dos serviços de saúde no bairro, um território geograficamente distante do centro da cidade e extremamente populoso. Uma das problemáticas identificadas refere-se ao Programa de Saúde da Família – PSF, implantado no ano de 2003, até então sem sede própria e está instalado na UBS Jd. Novo Horizonte.

Diante deste fato, os membros da rede vêm há vários anos reivindicando a transferência do PSF para um espaço específico para esse serviço, sendo que uma das sugestões apresentadas é o Centro Comunitário I situado no Conjunto Habitacional João Mezzalira Junior.

Apresentamos a Vossa Senhoria o histórico dos diálogos ocorridos com a gestão municipal, bem como documentos em anexo sobre esta demanda:

- Existe a necessidade de desvinculação da UBS Jardim Novo Horizonte /Almerinda Chaves, devido o aumento da demanda de atendimento de saúde e o prédio onde estão instaladas as equipes não tem mais comportado esse fluxo de maneira adequada para a comunidade e para os profissionais;
- A UBS Jd. Novo Horizonte teve um adensamento de atendimentos em 2006 com a entrega de 743 moradias no CDHU e ao longo destes anos houve novas instalações de moradias no Residencial Jundiaí I e II, Morada dos

## Anexo IVb

Pássaros e estão previstos mais projetos habitacionais, todos referenciados a uma única Unidade Básica de Saúde – UBS Jardim Novo Horizonte;

- Consta, na memória descritiva da reunião da rede socioassistencial de 02 de julho de 2009, a reflexão sobre a necessidade da instalação do PSF em um prédio próprio, para facilitar o atendimento da população assistida no território da área de atuação da equipe do PSF;
- Citamos em julho de 2009, em ofício, uma análise detalhada para a inclusão no PPA municipal a instalação do Programa Saúde da Família (PSF) no Conjunto Habitacional João Mezzalira e tivemos retorno da Secretária Municipal de Saúde Dr<sup>a</sup> Tânia Regina Gasparini Botelho Pupo que estava contemplada a descentralização do PSF no do PPA de 2.010;
- Na reunião de 22 de setembro de 2011, o tema Saúde retorna como pauta da reunião da rede socioassistencial, visto que permanecem as mesmas dificuldades. Nesta data estavam presentes conselheiros do COMUS e foi proposto a elaboração de um documento conjunto, entre a rede e o COMUS, para retomar a transferência do PSF para prédio próprio;
- Em 25 de abril de 2013, o Grupo de Trabalho Saúde retoma a demanda da Saúde no bairro, para os membros da rede, que aprova a elaboração de um ofício ao Secretário de Saúde da atual administração para retomada das negociações e tratativas com relação à transferência do PSF;
- Em 10 de maio de 2013, novamente foi enviado ofício a Secretaria Municipal de Saúde solicitando a desvinculação do PSF da UBS – Novo Horizonte e sugerindo o uso de um prédio público passível de negociação e uso junto à FUMAS. A memória descritiva da reunião da rede socioassistencial de 20 de junho de 2013, o Sr. Francisco Luiz de Menezes Silva, Conselheiro do Conselho Gestor da UBS Novo Horizonte, agradeceu o ofício enviado pela rede e informou que o COMUS também enviou ofício à mesma Secretaria reforçando a solicitação de desvinculação. E sobre a proposta de uso do prédio público da FUMAS, no dia 25 de maio de 2013, o Secretário Municipal de Saúde Dr. Claudio Miranda realizou uma visita no CDHU, na Rua Rogério Vonatte (no final da rua) e ficou em fazer contato com a FUMAS para deliberação do espaço físico e esta confirmou a cessão de uso do Centro Comunitário I, havendo um comprometimento verbal;
- Conforme documentos anexos confirmam as reivindicações desta rede, bem como as respostas que obtidas desta Secretaria Municipal de Saúde, incluindo a confirmação de contemplação da instalação pelo PPA - Plano Plurianual de

## Anexo IVc

2010 e, promessas verbais do poder público ao longo deste período, inclusive do Dr. Claudio Miranda em visita junto ao Conselho Gestor da UBS Novo Horizonte;

- Segundo informações dos representantes da FUMAS na Rede socioassistencial esta cessão de uso já está definida, ficando sobre a responsabilidade da Secretaria da Saúde a reforma e a FUMAS disponibiliza o arquiteto e o engenheiro, conforme consta na memória da reunião de 10 de abril de 2014.

Diante dos fatos apresentados, os membros da Rede socioassistencial do Jd. Novo Horizonte, abaixo discriminados, vêm a vossa senhoria, solicitar análise e um posicionamento desta secretaria acerca desta importante necessidade para o território, composto pelos bairros do Jd. Novo Horizonte e imediações; com prazos e propostas alternativas (como por exemplo, locação de outro imóvel) para o período de transição, pois é urgente a transferência do PSF.

Sem mais, agradecemos a atenção dispensada.

Atenciosamente,



Maria Rosangela Moretti

Representando a Rede socioassistencial do Jardim Novo Horizonte

### **Representantes de organizações governamentais:**

EMEB Prof<sup>ª</sup> Cleo Nogueira Barbosa

EMEB Ivo de Bona

EMEB Maria Aparecida Silva Congilio

EMEB Prof<sup>ª</sup> Beatriz Blattner Pupo

Escola Estadual Pq. Almerinda Chaves

Escola Estadual Residencial Jundiáí

FUMAS – Fundação Municipal de Ação Social

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - CRAS Novo Horizonte

Secretaria de Serviços Públicos, Setor Oeste

Secretaria Municipal de Saúde - UBS Jd. Novo Horizonte, Agente Comunitário de Saúde,

Centro Vigilância e Controle de Zoonoses,

### **Representantes de Instituições:**

Associação de Moradores do Jd. Novo Horizonte II e III

Associação Acolhimento Bom Pastor

Cáritas Diocesana de Jundiáí

## **Anexo IVd**

Casa da Fonte - CSJ  
Centro de Defesa da Criança e Adolescente  
Centro de Recuperação e Educação Nutricional - CREN  
Núcleo Educacional Antonieta Chaves Cintra Gordinho  
Paróquia Nossa Sra. Aparecida  
Pastoral da Criança  
Pastoral do Menor  
Pastoral da Saúde  
Pastoral Social  
SENAC Jundiaí

### **Representantes da Comunidade:**

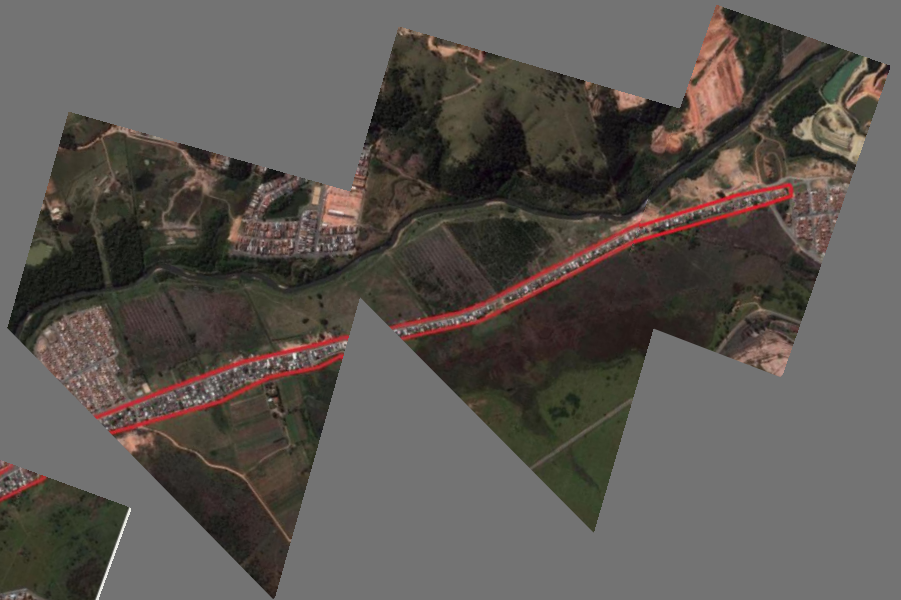
Moradores do Conjunto Habitacional João Mezzalira Junior  
Moradores do Varjão I - II e III  
Membros do ADL – Agente de Desenvolvimento Local  
Conselho Gestor de Saúde da UBS Novo Horizonte  
COMUS

2013  
2014

# DIÁRIO DE CAMPO

- dos primeiros contatos à vivência sensitiva

Bairro Jardim Novo Horizonte ou Varjão, periferia de Jundiaí – SP.



Natália Pereira de Oliveira  
Universidade Federal de Viçosa- GEOGRAFIA

